

Radiografia do novo Congresso

Nesta edição especial do Boletim do DIAP, conforme prometido, estamos publicando uma análise global das eleições, pontuando seu eixo central e suas principais características, um rápido perfil da Câmara e do Senado, além de relato detalhado sobre a situação nos Estados de cada um dos atuais e novos deputados e senadores, com dados que permitem fazer uma verdadeira radiografia da futura composição do Poder Legislativo. Além disso, analisamos os índices de renovação das Casas do Congresso, comparando-os com outras legislaturas, antecipamos a agenda do governo para a Câmara e Senado, publicamos tabelas por Estado, com dados sobre profissão e partidos dos futuros parlamentares, bem como uma ficha eleitoral, com informações úteis sobre a eleição de 4 de outubro.

Com estas análises, feitas pela equipe do DIAP, e os dados reunidos neste Boletim, o leitor terá condições de traçar um perfil político, ideológico, regional, profissional e partidário do novo Congresso, que,

na opinião do DIAP, melhorou qualitativamente em relação ao atual, apesar de a renovação ter sido apenas de 43%. Poderá, ainda, verificar a evolução das bancadas partidárias, bem como checar o índice de acerto na previsão do DIAP.

Metodologicamente, após a análise global das eleições, optamos

falta de debate no pleito proporcional, que o tornou alienado, e da indução das campanhas majoritárias, pela excessiva divulgação de pesquisas com resultados manipulados, está na mudança qualitativa nas duas Casas do Congresso. Tanto a Câmara quanto o Senado ganharam nomes experientes, com forte liderança política, e

gente nova com preparo e capacidade técnica para integrar o restrito grupo de parlamentares influentes no Congresso. Com isto, os futuros parlamentares terão a oportunidade histórica de resgatar o respeito e a credibilidade do Poder Legislativo, deixando este de ser

mero homologador das propostas e iniciativas governamentais. Na expectativa de que este Boletim seja útil ao conhecimento e compreensão da composição das duas Casas do Congresso - Câmara e Senado - e seu relacionamento com o presidente reeleito, Fernando Henrique Cardoso, reiteramos nossos sinceros cumprimentos.

por comentar separadamente, Estado por Estado, a composição da Câmara e do Senado. Assim, as primeiras páginas deste Boletim destinam-se aos comentários e análises da configuração política da Câmara dos Deputados, inclusive com algumas tabelas, e as últimas foram reservadas ao exame da nova composição do Senado, que sofreu uma renovação de um terço nesta eleição.

A novidade nesta eleição, além da

A novidade nesta eleição, além da

A novidade nesta eleição, além da

Futura Composição do Congresso							
Partido	Câmara dos Deputados					Senado	
	Eleitos em 1994	Bancada atual	Eleitos em 1998	Previsão do DIAP		Como é	Como ficará
				Mín	Máx		
PFL	89	111	106	102	112	24	20
PSDB	62	94	99	80	94	13	16
PMDB	107	88	82	78	86	22	27
PPB	89	78	60	59	67	7	4
PT	49	50	58	55	65	5	7
PTB	31	22	31	24	32	3	1
PDT	33	23	25	28	34	4	2
PSB	15	14	19	21	27	2	3
PL	13	10	12	8	12	0	0
PC do B	10	9	7	7	11	0	0
PPS	2	7	3	6	10	1	1
Outros	13	7	11	6	10	0	0
Total	513	513	513			81	81

Uma eleição atípica - Análise global

Toda eleição possui seu eixo central e suas características marcantes. Nesta, o eixo central, indiscutivelmente, foi a continuidade dos atuais dirigentes políticos, no caso do Executivo, por força da reeleição, e no caso do Congresso, especialmente da Câmara, pelo baixo índice de renovação, de apenas 43%, contra 62% na eleição de 1990 e 54% no pleito de 1994. A característica marcante na eleição proporcional foi a alienação, pela completa ausência de tempo e espaço para debater as propostas. Já no pleito majoritário, foi a indução, pela excessiva divulgação de pesquisas manipuladas.

Eleições proporcionais

Nas eleições proporcionais, marcadas pela alienação, dois aspectos chamaram a atenção: o elevado índice de candidatos à reeleição e o voto eletrônico. O número de deputados candidatos à reeleição foi recorde. Nada menos que 443, dos 513 deputados, tentaram renovar seus mandatos. Dos 70 representantes, 17 concorreram a uma vaga no Senado, 12 foram candidatas a vice-governador, sete disputaram os governos dos Estados, seis tentaram uma vaga de deputado estadual, dois foram suplentes de candidato ao Senado e 26 desistiram da vida pública, ou seja, não disputaram nenhum cargo nestas eleições. A explicação para o número recorde de deputados candidatos à reeleição é simples. Os deputados, antevidos as dificuldades da campanha, cuidaram de fazer uma lei eleitoral que os beneficiasse na disputa: i) mantiveram a candidatura nata, ii) reduziram os tempos de rádio e televisão, exatamente para não dar grandes espaços aos novos e desconhecidos concorrentes, iii) inverteram a ordem de votações, para iniciar com o deputado federal, tanto no voto eletrônico quanto na cédula impressa, e, finalmente, iv) mantiveram regras generosas de doações financeiras para as campanhas.

O voto eletrônico, uma conquista importante, infelizmente, nas eleições proporcionais, que ocorreram sem um debate aprofundado, com igualdade de tempo e espaço para todos os candidatos, favoreceu os mais conhecidos, os de número fácil e, principalmente, os que tinham dinheiro e organização para imprimir e distribuir a "colinha", já que desta vez em lugar de nomes ou partidos, votava-se em número, daí o caráter alienante deste voto. Se, antes, que o eleitor era obrigado a escrever o nome do candidato, forçando algum tipo de associação, seja com o programa, o partido ou mesmo a fisionomia de seu

candidato, as pessoas esqueciam rapidamente em quem votaram, imagine agora, que se vota em número! Muitos eleitores, principalmente os mais humildes, foram iludidos em sua boa fé, votando em determinado número acreditando que estivessem votando no candidato de sua preferência. Não adianta dizer que o eleitor vê a foto do candidato, porque no nervosismo na hora de votar, pressionado pelas filas, essas pessoas ficam em pânico e sequer vêem a foto e quando a vêem não têm tempo, não sabem ou ficam com vergonha de perguntar ou verificar onde está a lista com o número de seu candidato.

Estes dois fatos conjugados talvez expliquem i) o baixo índice de renovação da Câmara dos Deputados, de apenas 43%, contra 57% de reeleição, ii) a eleição de caciques regionais, como ex-governadores e ex-deputados, e iii) a eleição, entre os efetivamente novos, de grandes empresários, membros de corporações, inclusive evangélicas, que distribuíram bem a "colinha".

As eleições proporcionais, além desses aspectos, também ficaram prejudicadas em face das eleições casadas, em que toda a atenção era dada aos candidatos aos cargos majoritários - presidente, governador e senador -, deixando em segundo plano a disputa para a Câmara Federal e Assembleias Legislativas. Apesar de todos estes problemas, o eleitor foi sábio ao barrar nas urnas todos os candidatos à Câmara envolvidos com corrupção, como os deputados Marquinho Chedid (PSD/SP), Pedrinho Abrão (PTB/GO), Chica Brígido (PMDB/AC) e Moisés Lipinik (PFL/RR).

Eleições Majoritárias

A eleição majoritária - presidente, governador e senador -, embora tenha havido maior espaço para divulgação das idéias e propostas dos candidatos, foi marcada pela indução, com os institutos de pesquisa mani-

pulando e favorecendo deliberadamente os candidatos oficiais ou endinheirados, que encomendavam pesquisas em que apareciam bem colocados para divulgar em veículos de grande circulação. Isto maculou e tornou viciada a eleição para presidente, governador e senador em vários Estados.

Senado - Na eleição para senadores, essa manipulação foi flagrante em vários Estados, favorecendo invariavelmente os candidatos do poder econômico, caso do Distrito Federal, Minas Gerais, Pará, Rio Grande do Norte, Paraíba, ou o candidato do governador que tentava a reeleição, no caso do Ceará, Amazonas, Bahia, Piauí, Pernambuco, etc. Entretanto, mesmo com todo o poder econômico e das máquinas dos governos, a oposição, especialmente a vinculada aos partidos de esquerda, ficou em segundo lugar na disputa para o Senado. Isto significa que, caso estivesse em disputa dois terços do Senado, como ocorrerá em 2002, a esquerda teria feito uma grande bancada naquela Casa do Congresso. Esse resultado é o recado do eleitor que está cansado dos velhos nomes e quer renovação.

Governo estadual - No caso das eleições para governadores, além da manipulação das pesquisas, houve ainda o uso abusivo das máquinas em favor dos atuais titulares de mandato, que disputavam a reeleição. No quesito pesquisa, ficou evidente a distorção em favor dos candidatos oficiais no caso de São Paulo, Rio Grande do Sul e Goiás, e dos candidatos do poder econômico, como no Distrito Federal.

Como regra, nas regiões Norte e Nordeste, os atuais governadores que tentaram a renovação de seus mandatos usaram e abusaram da máquina pública em suas campanhas. Tanto que, à exceção de Alagoas e Pernambuco, em todos os demais Estados

BOLETIM DO DIAP - Edição Especial - Eleições - OUTUBRO/98

Ficha Técnica

Supervisão:

Ulisses Riedel de Resende
Coordenação Geral e Análise:
 Antônio Augusto de Queiroz

Coordenação de Pesquisa:
 Maria Lúcia de Santana Braga
 Viviane Sena

Redação final:

Antônio Augusto de Queiroz
 Cristiano Noronha
 Marcos Verlaime da Silva Pinto
 Maria Lúcia de Santana Braga
 Viviane Sena

Pesquisa e organização dos dados:

Alysson de Sá Alves
 Robson Lopes

Conselho Diretor do DIAP

Presidente: Celso Napolitano (SINPRO/SP)
Vice-Presidentes: José Gabriel Teneira dos Santos (CNTI)

Francilino Pinto Paes Leme (SINPRO/RO)
 Gladir Antônio Basso (FEEB/PR)
 Rumiko Tanaka (SEEB - RIBEIRÃO PRETO/SP)

João Batista da Silveira (SAAE/MG)
Superintendente: Geogerte Alves dos Santos (SINTTEL/DF)

Suplente: Jamil Benke (SEEB/MARINGÁ)
Secretário: Wanderlino Teixeira de Carvalho (FNE)

Suplente: Sérgio Dutra Vianna de Oliveira (SEEB/DF)

Tesoureiro: Epaminondas Lino de Jesus

(SINDAF/DF)

Suplente: Eduardo Alves de Almeida Neto (FENAFISCO)

Conselho Fiscal

Efetivos: Jânio Pereira Barbosa (SENGE/DF), Itamar Revoredo Kunert (Sind. Adm. de Santos/DF), José Paulo Goulart (CNTS)

Suplentes: Izac de Almeida (STEFZS/SP), Lúcio Costa Flávio da Costa (Fed. Bras. Adm), Carlos Everaldo dos Santos (CONTEC)

SBS - Edifício Seguradoras - Salas 301/4
 70093-900 - Brasília-DF - Fones: (061) 225-9704/
 9744 - Fax: 225-9150

Home-Page: <http://www.diap.org.br>

E-mail: diap@diap.org.br

Fotolito: UP LINE Editora Ltda.

Fone: 344-0913/344-0138

dessas regiões, ou os candidatos à reeleição ganharam em primeiro turno ou a disputa foi para o segundo turno.

Presidente da República - A eleição presidencial, o carro-chefe desta campanha, além da manipulação das pesquisas, ganhou um perfil técnico, em face da crise financeira internacional que afetou fortemente o País. Com isto, em lugar do eleitor discutir as causas da crise e seus responsáveis no plano interno, passou a buscar, entre os candidatos, aquele que a seu juízo reunisse as melhores condições políticas, técnicas e até intelectuais para enfrentar a crise. Esse direcionamento da campanha, que foi esti-

mulado e apoiado pela imprensa e pelo poder econômico, impediu um debate sério sobre as questões sociais, especialmente o desemprego, a falência dos sistemas de saúde e educação, a insegurança da população, entre outros temas relevantes, cujas causas estão na política econômica do governo.

Com este diagnóstico, vê-se que o diretor-técnico do DIAP, Ulisses Riedel, tinha razão em seu artigo publicado no Correio Braziliense de 29/09/97, no qual defendia a tese de que o candidato das esquerdas para presidente da República deveria ser alguém que somasse em qualquer hipótese - tanto de vitória quanto de derrota. E, na oportunidade, lembrou os nomes de Cristóvam Buarque e Tarso Genro, os dois com experi-

ência administrativa, ampla visão dos problemas nacionais e preparo intelectual. Qualquer um dos dois, se fosse eleito, teria condições de governar e, se perdesse, a eventual derrota eleitoral não seria convertida numa derrota política, pelo contrário, seria tida como uma vitória, na medida em que a esquerda forjava um novo líder nacional, com mais de 20 milhões de votos, que somaria a Lula e Brizola no combate ao neoliberalismo e às teses atrasadas da direita. Além disto, pelo perfil técnico da campanha presidencial, tudo leva a crer que qualquer um dos dois teria conduzido o a eleição para o segundo turno, porque, na opinião dos eleitores, reuniriam melhores condições para enfrentar a crise.

Perfil da nova Câmara dos Deputados

O perfil sócio-econômico da nova Câmara dos Deputados, eleita em 4 de outubro corrente, tendo como parâmetro as fontes de renda, escolaridade e profissão dos deputados, pouco difere da atual. Politicamente, também há pouca mudança, provocada por um tênue crescimento da esquerda, um médio aumento do centro, uma leve redução do centro-esquerda e uma ampliação do centro-direita. Ideologicamente, a tendência neoliberal da atual legislatura se consolida, conforme analisaremos a seguir.

Os parlamentares da nova legislatura, cuja posse se dará em 1º de fevereiro próximo, foram eleitos num pleito atípico de eleições casadas, conforme explicamos em tópico específico deste Boletim, no qual a escolha dos candidatos aos cargos proporcionais - deputados federais e estaduais - ficou em segundo plano em relação à eleição majoritária - presidente, governadores e senadores. Além do desprestígio da eleição proporcional em relação ao pleito majoritário, fato que favoreceu os deputados que disputavam a reeleição, houve também a quase generalização do voto eletrônico, que, com a ausência de debate, contribuiu para distorcer o sentido da escolha do eleitor, que passou a votar em número, em muitos casos sem saber de quem, e não mais em nomes e partidos identificados com propostas, programas, plataformas políticas sintonizadas com o interesse do eleitor.

Isto explica, em parte, o baixo índice de renovação, de apenas 43% na Câmara, inferior aos registrados nas eleições de 1990, com 62%, e de 94, com 54%. O fenômeno da eleição casada também contribuiu para fortalecer outro fenômeno deste pleito: o retorno de velhos caciques, especialmente ex-parlamentares e titulares de cargos executivos, tanto no governo quanto nas prefeituras, que dispunham de estrutura e pessoal para bem divulgar seu número neste pleito. Dos 225 novos, entendidos como aqueles que não participaram desta legislatura que se encerra, menos de 30% nunca exerceu cargo público. E mesmo estes, ou foram eleitos por força do dinheiro, do parentesco com alguma

autoridade ou cacique político regional, ou porque pertenciam a alguma corporação: patronal, de empregados ou mesmo igrejas.

Quanto ao perfil sócio-econômico, que considera como preponderante a profissão ou atividade que constitui a principal fonte de renda, a futura Câmara é muito parecida com a atual: a maioria, mais de 80%, tem nível superior, próximo de um terço é empresário e portanto vive de renda, mais de um terço é profissional liberal, e os demais são assalariados. Do ponto de vista econômico e profissional, conforme tabela à página 4, a nova composição terá 145 empresários, contra 166 da atual legislatura, 92 advogados, dez a menos que na atual, 58 médicos, dois a mais que a bancada atual, 34 professores, contra 23 atuais, 44 engenheiros, sete a mais que a atual, e 27 economistas, três a mais que a atual composição.

Numa leitura rápida, a redução do número de detentores dos meios de produção na Câmara, qualificados genericamente neste levantamento como empresários, pode parecer que os defensores da iniciativa privada e da economia de mercado saíram enfraquecidos desta eleição. Mas, a leitura correta, apesar dessa redução, é exatamente o contrário. Primeiro porque o governo do presidente FHC e os partidos aliados assumiram sem reservas a defesa desse segmento. Segundo porque houve um ganho qualitativo na bancada empresarial, com a eleição de nomes como Moreira Ferreira, da FIESP, e Emerson Kapaz, do Movimento Nacional das Bases Empresariais. Terceiro porque na próxima legislatura, diferentemente da atual e das anteriores, pela primeira vez haverá uma bancada sindical oriunda do setor empresarial, com a eleição de oito congressistas - dois senadores e seis deputados, que são ou foram presidentes das Federações de Indústrias de seus Estados. E, em quarto, porque os segmentos de profissionais liberais, em sua maioria, provêm do setor privado, e, portanto, identificados com os pleitos do setor empresarial.

Sobre o perfil político, pode-se dizer que houve um pequeno movimento de acomodação de forças, caracterizado pelo crescimento da esquerda e do centro-direita, e pela redução do centro-esquerda, que perdeu nomes no PMDB e PSDB. Na esquerda, o tênue aumento deveu-se ao PT e PSB, enquanto no centro-direita, foi provocado pela derrota de parlamentares independentes, dentro do PPB e PMDB. O crescimento do centro é creditado à desistência ou derrota de parlamentares do PSDB, PFL, PTB, tanto à direita quanto à esquerda.

No plano ideológico, a nova composição consolida o perfil neoliberal da futura Câmara, desta vez sem o disfarce do discurso social-democrata, que foi utilizado como escudo por muitos parlamentares, especialmente os da base de sustentação do governo. Isto fica evidente, com o discurso assumido pelo presidente reeleito, que deu ênfase absoluta às reformas em curso, que sinalizam para o corte de direitos e desregulamentação da economia e das relações de trabalho, com apoio incondicional de todos os partidos de sua base de sustentação - do PSDB e PFL, passando pelo PMDB, PPB e PTB. Entretanto, como as reformas em bases neoliberais - especialmente as privatizações, a abertura escancarada da economia, a supressão de direitos e a ausência de política social - estão próximas de se esgotar e seus defensores perderão legitimidade, é provável que os parlamentares e partidos repensem, após concluído esse ciclo, o que deve ocorrer em 2000, voltando-se para restabelecer, ainda que minimamente, a proteção social, dizimada por essa lógica desumana, que é o neoliberalismo.

Em conclusão, a despeito de todas as mazelas e dificuldades, o novo Congresso será ética e qualitativamente melhor que o atual, tanto pela não reeleição de todos que foram acusados de corrupção quanto pela eleição de nomes de expressão, na direita e na esquerda, conforme tópico específico sobre a qualidade do novo Congresso.

NOVA CÂMARA - POR PROFISSÃO

PROFISSÃO/ATIVIDADE	PFL	PSDB	PMDB	PPB	PT	PTB	PDT	PSB	PL	PC DO B	PPS	PMN	PSC	PSD	PRONA	PV	PST	PSL	TOTAL
EMPRESÁRIO (URB./RURAL)	39	20	28	29		8	3	5	7					2	1			1	143
ADVOGADO	17	20	17	5	9	5	10	5	1			1	2						92
MÉDICO	9	15	10	4	7	4	3	3		2	1								58
ENGENHEIRO	13	8	5	6	4	2	2	1		1	1			1					44
PROFESSOR	6	7	4	2	11	2	1			1									34
ECONOMISTA	4	7	5	3	4	1		2	1										27
JORNALISTA	3	2	1	1	4	2	1			1						1			16
ADMINISTRADOR	4	2	1	3					1										11
SERVIDOR PÚBLICO	4	2	3			1				1									11
PASTOR	2	1		3		4											1		11
METALÚRGICO	1				5														6
MILITAR	1	1		1					1										4
BANCÁRIO		1			3	1													5
CONTADOR		1	1			1													3
SOCIÓLOGO		1			1			1											3
ASSISTENTE SOCIAL		1					1	1											3
TRABALHADOR RURAL					3														3
RADIALISTA		1									1								2
DIPLOMATA	1	1																	2
TÉCNICO AGRÔNOMO			1		1														2
ARQUITETO							1		1										2
ESTUDANTE	1	1																	2
COMERCIÁRIO					1		1												2
DELEGADO DE POLÍCIA	1						1												2
MÚSICO		1																	1
FARMACEÚTICO										1									1
TÉCNICO INDUSTRIAL					1														1
TÉCNICO TELECOMUNICAÇÕES					1														1
PADRE				1															1
APOSENTADO		1																	1
ODONTÓLOGO		1																	1
RODOVIÁRIO					1														1
FERROVIÁRIO					1														1
ELETROTÉCNICO								1											1
JUIZ DE PAZ		1																	1
CORRETOR DE IMÓVEIS			1																1
GEÓLOGO		1																	1
GRÁFICO					1														1
SEM DADOS		2	5	2			1					1							11
TOTAL	106	99	82	60	58	31	25	19	12	7	3	2	2	3	1	1	1	1	513

FONTE: DIAP 1998

Obs.: O deputado foi classificado pela atividade preponderante ou pela principal fonte de renda. Se um deputado é médico e empresário, preferiu-se a classificação. Se é médico e professor ao mesmo tempo, considerou-se a profissão a que dedica mais tempo ou da qual obtém seu sustento.

A dança das cadeiras na nova composição partidária da Câmara

A nova composição da Câmara dos Deputados, renovada em apenas 43%, índice menor que o de 1990, que foi de 62%, e, de 1994, de 54%, caracteriza-se por dois fenômenos: o da migração partidária e do rodízio no poder. Talvez por esta razão, a correlação de forças entre governo e oposição se mantenha praticamente inalterada, embora a esquerda, toda ela refratária ao projeto neoliberal, tenha tido um crescimento tênue, passando de 104 para 113 deputados.

O fenômeno da migração partidária fica evidente quando comparamos a composição dos partidos antes e depois das eleições. Se verificarmos, tendo como parâmetro a eleição de 1994, vamos notar, na base governista, que houve migração do PPB e do PMDB, os dois maiores perdedores, para o PFL e PSDB, que pularam respectivamente de 89 deputados para 106 e de 62 para 99. Entretanto, quando consideramos o quadro atual, constatamos que o PFL, que tem 111, cairá para 106, perdendo exatamente os cinco que o PSDB ganhou, ao subir de 94 para 99.

Na oposição, houve um pequeno crescimento, notadamente do PT, PSB e PDT, se considerarmos o quadro atual, no qual o PT passa de 50 para 58, o PSB de 14 para 19 e o PDT de 23 para 25. Entretanto, quando adotamos a eleição de 1994 como referência, constatamos que apenas o PSB e o PT cresceram, este passando de 49 para 58 e aquele de 15 para 19. Já o PDT, tendo como parâmetro a bancada eleita em 94, perdeu cadeiras. Naquele pleito, o Partido Democrático Trabalhista tinha eleito 33 deputados, muitos dos quais expulsos por não concordarem com a orientação estatizante da agremiação Brizolista.

O segundo fenômeno, de rodízio ou circulação no poder, é caracterizado pelo retorno à Câmara de muitos ex-deputados, bem como a eleição de pes-

soas já experientes, com passagem por cargos no legislativo estadual ou municipal, como ex-deputados estaduais e ex-vereadores, ou no Executivo estadual e municipal, como ex-governadores, ex-prefeitos e ex-secretários estaduais e municipais. Efetivamente novos, entendendo-se como tal aqueles que nunca exerceram cargos públicos, eletivos ou nomeados em comissão, são muito poucos. Talvez não passe de 10%. E eles, em sua maioria, são oriundos de corporações, tanto de trabalhadores quanto de empregadores, incluindo-se nestas categorias pastores e bispos evangélicos, empresários eleitos

A nova composição da Câmara dos Deputados, renovada em apenas 43%, índice menor que o de 1990, que foi de 62%, e, de 1994, de 54%, caracteriza-se por dois fenômenos: o da migração partidária e do rodízio no poder

por força do poder econômico, apresentadores de televisão ou radialistas, e finalmente alguns poucos eleitos por notório saber ou especialização.

Quanto à correlação de forças, que se mantém praticamente inalterada, há um aspecto interessante, que merece ser analisado. Para entender este fenômeno, em que a oposição cresce mas a correlação de forças fica quase inalterada, é preciso conhecer como estão organizadas as forças políticas em relação ao governo. A composição atual da Câmara pode ser assim dividida: 104 deputados são oposição, 296 dão apoio consistente ao governo e 115, a turma do balcão, dão apoio condicionado, geralmente trocando seu voto por algum favor ou benefício, entre os quais nomeação de gente de suas relações, liberação de emenda do orçamento, até anistia ou renúncia fiscal. Nesta eleição, ao que tudo indica, houve uma ampliação do apoio consistente

e uma redução do apoio condicionado, fato que compensa a perda de cadeiras pelos partidos governistas.

Esta constatação, do aumento do apoio consistente, provavelmente resultante da maior unidade dos partidos em torno da coligação que elegeu FHC em primeiro turno, não garante maioria tranqüila para aprovação da agenda de reforma do governo. Se o futuro Congresso tivesse que votar a mesma agenda apreciada nesta legislatura, incluindo todas as emendas constitucionais, seria um passeio. Contudo, a nova agenda é muito mais complexa e envolve interesses muito bem consolidados.

Imagine o grau de dificuldade de uma reforma fiscal que cuida simultaneamente da receita e da despesa dos três níveis de governo: União, Estados e Municípios. Só a parte de receita ou a parte tributária possui três ordens de dificuldades: uma disputa por maior partição dos três níveis de governo, uma disputa entre o governo e os agentes

econômicos e sociais, estes querendo pagar menos impostos e aquele querendo aumentar sua arrecadação. Do lado da despesa, igualmente, será outra guerra. A União buscará transferir para Estados e Municípios uma série de encargos, notadamente nas áreas de saúde, educação e habitação, sem qualquer acréscimo na transferência de recursos.

A reforma política, que inclui fidelidade partidária, representação dos Estados, cláusula de barreira, sistema eleitoral com provável inclusão do voto distrital misto, financiamento público de campanha, sistema de lista fechada e bloqueada, sublegenda ou coligações proporcionais, entre outros aspectos, também não será fácil.

Como se vê, a equação política é complexa, não se limita à soma de nomes. A mesma regra vale para o tempo, que em política não é apenas cronológico, mas sobretudo produto de acordos, costuras e entendimentos.

Atual e futura composição da Câmara por Estado e por partido

Partido / Estado		PFL	PSDB	PMDB	PPB	PT	PTB	PDT	PSB	PL	PC do B	PPS	PSD	PMN	PSC	PRONA	PV	PST	PLS	PSTU	TOTAL		
Região Norte (65)	AC	Atual	2	-	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	
		Novo	3	-	1	1	2	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
	AP	Atual	2	2	-	2	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
		Novo	2	3	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
	AM	Atual	4	2	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
		Novo	4	1	-	1	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
	PA	Atual	2	4	5	2	2	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
		Novo	3	4	4	1	3	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	17
	RO	Atual	2	3	1	-	-	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
		Novo	2	2	1	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8
RR	Atual	1	2	1	2	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	
	Novo	-	2	1	4	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	
TO	Atual	4	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	
	Novo	3	1	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	
Região Sul (77)	PR	Atual	8	6	4	6	3	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	
		Novo	6	5	4	5	3	6	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	30	
	RS	Atual	-	4	7	6	7	2	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	
		Novo	1	2	7	5	8	3	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	31	
	SC	Atual	4	-	5	3	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16	
Novo		3	1	4	4	2	-	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16		
Região Nordeste (151)	AL	Atual	3	3	-	1	-	1	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	9	
		Novo	1	2	1	-	-	1	-	1	-	-	1	1	1	-	-	-	-	-	-	9	
	BA	Atual	18	5	3	1	4	1	3	1	1	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	39	
		Novo	20	6	3	1	5	1	1	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	39	
	CE	Atual	2	9	5	1	1	-	-	-	-	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	22	
		Novo	1	12	5	1	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	22	
	MA	Atual	5	4	3	1	1	-	1	-	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18	
		Novo	6	3	3	-	-	-	1	1	2	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	18	
	PE	Atual	8	2	2	3	2	-	1	7	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	25	
		Novo	8	1	3	2	1	1	-	8	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	-	25	
	PB	Atual	3	1	6	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	
		Novo	3	1	5	1	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12	
	PI	Atual	5	1	2	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	
		Novo	5	1	3	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	
	RN	Atual	3	2	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	
		Novo	3	-	4	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	
SE	Atual	2	1	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8		
	Novo	1	1	1	1	1	-	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	-	-	8		
Região Sudeste (179)	ES	Atual	1	2	4	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	
		Novo	1	3	1	1	1	3	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	
	MG	Atual	10	10	13	8	6	4	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	53	
		Novo	8	14	9	7	7	2	1	-	3	1	-	-	-	-	-	-	1	-	-	53	
	RJ	Atual	9	8	3	10	3	2	5	1	1	1	1	-	-	-	-	1	-	-	1	46	
		Novo	9	11	2	6	4	2	7	2	-	1	-	-	1	-	1	-	-	-	-	46	
SP	Atual	8	15	7	15	13	4	1	2	1	1	1	1	-	-	1	-	-	-	-	70		
	Novo	8	15	5	12	14	5	4	2	2	1	1	-	-	-	1	-	-	-	-	70		
Região C. Oeste (41)	DF	Atual	1	-	-	3	2	-	-	-	-	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	8	
		Novo	1	1	1	2	2	-	-	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	
	GO	Atual	1	2	7	1	1	2	-	-	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	17	
		Novo	2	2	8	1	1	-	-	-	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	17	
	MT	Atual	1	2	1	-	1	2	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	
		Novo	1	3	2	-	-	1	-	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	
	MS	Atual	2	3	1	1	-	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	
		Novo	1	2	1	1	2	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	
Brasil (513)	Quantidade	111	94	88	78	50	22	23	14	10	9	7	3	1	0	1	1	0	0	1	513		
	%	21,6	18,3	17,2	15,2	9,7	4,3	4,5	2,7	1,9	1,8	1,4	0,6	0,2	0,0	0,2	0,2	0,0	0,0	0,2	0,0	100	
		26,7	19,3	16,0	17,7	11,3	6,0	4,7	3,7	2,5	1,4	0,6	0,4	0,6	0,4	0,2	0,2	0,2	0,2	0,0	100		

Reeleição para a Câmara por partidos e por Estado

Os maiores índices de reeleição, coincidência ou não, estão nos partidos mais disciplinados. Na base governista, o PSDB, com 63,83% de reeleição, e o PFL, com 60,36%, são os recordistas, seguido do PPB, com 60,25% e do PMDB, com 48,86%. Na oposição, o PC do B teve o maior percentual de recondução, 66,66%. O PT, embora disciplinado na atuação parlamentar, teve um índice de reeleição baixo, de apenas 54%. Isto se explica pela existência de várias correntes internas no partido, que lançaram candidatos em base já pertencentes a parlamentares eleitos, muitas vezes prejudicando tanto o candidato à reeleição, quanto o novo postulante. Esse processo de escolha de candidatos, sem considerar bases profissionais e territoriais, fato que caracteriza amadorismo político, os partidos de direita, especialmente o PFL, raramente praticam, daí o elevado êxito na consolidação e ampliação de suas bancadas.

O único caso, entre os partidos com direito à liderança na Câmara, que teve índice de reeleição zero, foi o PPS, partido que inclusive lançou candidato próprio à Presidência da República, o ex-governador e ex-ministro Ciro Gomes. O partido do senador Roberto Freire, que tinha uma bancada de sete deputados, ficou reduzida a três, exatamente o mesmo número que conseguiu eleger em 1994, antes do ingresso de Ciro Gomes, que levou três deputados do Ceará e um da Bahia, nenhum dos quais conseguiu reeleição. Foi, portanto, o partido que mais perdeu, tanto numericamente quanto qualitativamente. Dos seus sete membros, inclusive os três originais, quatro faziam parte da elite do Congresso. Dos novos, apenas um terá chance de ingressar nesse restrito clube.

No plano regional, foi a região Norte que teve, curiosamente, os maiores e menores índices de reeleição. Com o maior índice de renovação, que reelegeu apenas dois dos seus oito deputados, ficou o Acre, Estado onde os políticos tradicionais foram praticamente eliminados da vida pública, com a eleição do governador, do senador e de dois deputados federais do PT. Já o menor índice de renovação, com o retorno de seis dos oito deputados, foi registrado no Estado de Tocantins, cujo governador reeleito, Siqueira Campos (PFL), elegeu seu filho, Eduardo Siqueira Campos, senador, e reelegeu todos os seus aliados na Câmara, além de Roraima, que reelegeu seis dos oito deputados.

Na região Nordeste, o Estado com menor índice de renovação foi o Rio Grande do Norte, que reelegeu cinco dos seus oito deputados, enquanto Sergipe teve a maior renovação, derrotando nas urnas cinco dos seus oito deputados. Entre os Estados de grande porte, foi a Bahia, o Estado de menor índice de renovação.

Reeleição por partido

Partido	Bancada atual	Bancada futura	Reeleitos	Novos	Índice de reeleição
PFL	111	106	67	39	60,36
PSDB	94	99	60	39	63,82
PMDB	88	82	43	39	48,86
PPB	78	60	47	13	60,25
PT	50	58	27	31	54,00
PDT	23	25	9	16	39,13
PTB	22	31	13	18	59,09
PSB	14	19	6	13	42,85
PL	10	12	6	6	60,00
PC do B	9	7	6	1	66,66
PPS	7	3	0	3	0,00
PSD	3	3	2	1	66,66
PV	1	1	1	0	100,00
PSTU	1	0	0	0	0,00
PRONA	1	1	1	0	100,00
PMN	1	2	0	2	0,00
PSC	0	2	0	2	0,00
PSL	0	1	0	1	0,00
PST	0	1	0	1	0,00
Total	513	513	288	225	56,14

Reeleição por Estado

Estados	No de Vagas	Reeleitos	Novos
AC	8	2	6
AL	9	5	4
AM	8	5	3
AP	8	3	5
BA	39	27	12
CE	22	12	10
DF	8	3	5
ES	10	5	5
GO	17	9	8
MA	18	11	7
MG	53	32	21
MS	8	4	4
MT	8	5	3
PA	17	9	8
PB	12	6	6
PE	25	14	11
PI	10	6	4
PR	30	18	12
RJ	46	24	22
RN	8	5	3
RO	8	5	3
RR	8	6	2
RS	31	17	14
SC	16	7	9
SE	8	3	5
SP	70	39	31
TO	8	6	2
Total	513	288	225

Qualidade do novo Congresso

De um modo geral, o Congresso eleito neste pleito de outubro é qualitativamente melhor do que o anterior, especialmente na oposição, que foi beneficiada com a eleição de nomes da expressão de Waldir Pires, Aloizio Mercadante, João Hermann, Jorge Bittar, Luiza Erundina, entre outros. É verdade que alguns nomes de expressão, tanto da esquerda quanto da direita, ficaram fora da Câmara, como Prisco Viana (PPB/BA), Sérgio Arouca (PPS/RJ), José Luiz Clerot (PMDB/PB), Paulo Bernardo (PT/PR), Roberto Campos (PPB/RJ), Almino Affonso (PSB/SP), Humberto Costa (PT/PE), Moreira Franco (PMDB/RJ), porém as urnas também puniram deputados fisiológicos, como Paulo Heslander, líder do PTB, e os envolvidos com denúncia de fraude ou corrupção, como Pedrinho Abrão (PTB/GO), Marquinho Chedid (PSD/SP), Moisés Lipnik (PFL/RR), Chicão Brígido (PMDB/AC), Waldomiro Meger (PFL/PR) e Reinhold Stephanes (PFL/PR), que omitiu o nome dos doadores de sua campanha, entre eles bancos e seguradoras privadas, interessados na privatização da Previdência Social.

Analisando-se as perdas e ganhos na elite parlamentar do ponto de vista partidário, verifica-se claramente uma tendência de melhoria na qualidade do Congresso, com a eleição de novos nomes com experiência política, capacidade técnica ou representação de segmentos importantes. O rápido balanço a seguir confirma essa tendência.

PFL

O Partido da Frente Liberal foi um dos principais beneficiados na Câmara dos Deputados, embora tenha perdido para o PMDB no Senado.

Senado - Se, para a composição futura, perdeu senadores como Elcio Alves (ES) e Josaphat Marinho (BA), ganhou Jorge Bonhausen (SC) e Paulo Souto (BA). Além disto, manteve os senadores com mandato até 2003: Antônio Carlos Magalhães (BA), Bernardo Cabral (AM), Romero Jucá (RR) e Hugo Napoleão (PI).

Câmara - Dos 11 deputados que fazem parte da lista os "Cabeças do Congresso", o PFL conseguiu reconduzir todos os que tentaram a reeleição: Abelardo Lupion (PR), Benito Gama (BA), Eliseu Resende (MG), Heráclito Fortes (PI), Inocêncio Oliveira (PE), José Carlos Aleluia (BA) e Ney Lopes (RN). Dos outros três, dois foram candidatos a vice-governador: Luiz Carlos Santos (SP), derrotado na

chapa de Maluf, Mendonça Filho (PE), eleito na chapa de Jarbas Vasconcellos (PMDB), e Paulo Bornhausen (SC), eleito deputado estadual. Talvez a principal perda do PFL na Câmara, embora não estivesse na elite do Congresso, seja o deputado Reinhold Stephanes (PR), ex-ministro da Previdência Social.

O partido, além de ter reeleito praticamente todos os parlamentares influentes, elegeu vários nomes de expressão, que podem integrar a elite do próximo Congresso: Antônio Carlos Konder Reis (SC), ex-constituinte e ex-vice-governador, Paulo Magalhães (BA), sobrinho de ACM, José Carlos Fonseca (ES), ex-chefe de gabinete do ministro Malan, Ronaldo Caiado (GO), ex-constituinte, Lúcia Vânia (GO), ex-secretária de Assistência Social, Hélio Costa (MG), ex-deputado federal, Luiz Antônio Medeiros (SP), sindicalista, Moreira Ferreira (SP), ex-presidente da FIESP, Rafael Greca (PR), ex-prefeito de Curitiba, e Lavoisier Maia (RN), ex-governador e ex-senador.

PMDB

O Partido do Movimento Democrático Brasileiro foi o principal ganhador no Senado, porém foi o maior perdedor na Câmara.

Senado - Reelegeu José Sarney (AP), Pedro Simon (RS) e Fernando Bezerra (RN), mantendo os quatro com mandato até 2003: Íris Resende (GO), Jäder Barbalho (PA), Roberto Requião (PR) e Ronaldo Cunha Lima (PB). Ganhou os seguintes nomes que poderão estar na elite da Casa: Luiz Estevão (DF), José Alencar (MG), Maguito Vilela (GO), ex-governador, Gilberto Mestrinho (AM) e Amir Lando (RO).

Câmara - Dos 12 deputados que fazem parte da publicação do DIAP os "Cabeças do Congresso Nacional", o PMDB reelegeu seis: Geddel Vieira Lima (BA), Germano Rigotto (RS), Henrique Eduardo Alves (RN), Marcelo Barbieri (SP), Michel Temer (SP) e Zaire Rezende (MG). Os outros seis ficaram fora da Câmara: dois desistiram, Sandro Mabel (GO) e Odacir Klein (RS), dois foram barrados nas urnas, quando tentaram a reeleição, Wagner Rossi (SP), primeiro vice-líder do partido e José Luiz Clerot (PB), jurista e membro ativo da Comissão de Justiça, e os outros dois, Paes de Andrade (CE) e Moreira Franco (RJ) perderam a eleição para o Senado. Além destes, outros dois influentes, ainda que não estivessem na lista do DIAP, não farão parte da próxi-

ma legislatura: o líder da bancada ruralista: Valdir Collato (SC), que perdeu a eleição para o Senado, e Luís Roberto Ponte (RS), membro ativo da bancada dos empenheiros, que desistiu da reeleição.

Entre os novos, talvez os deputados Armando Monteiro Neto (PE), presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, Antônio Cambraia (CE), ex-prefeito de Fortaleza, Sinval Guazelli (RS), ex-governador, Olavo Calheiros (AL), irmão do ministro da Justiça, e Eunício Oliveira (CE), genro de Paes de Andrade, passem a fazer parte do restrito clube de parlamentares influentes.

PSDB

Partido da Social-Democracia Brasileira, entre os partidos da base governista, foi que ganhou os melhores quadros na Câmara. No Senado, manteve a composição atual.

Senado - O PSDB, além de manter seus cinco senadores que integram a lista dos "Cabeças do Congresso", Geraldo Mello (RN), José Roberto Arruda (DF), Lúcio Alcântara (CE), Sérgio Machado (CE) e Teotônio Vilela Filho (AL), poderá acrescentar mais os novos: Paulo Artung (ES), ex-prefeito de Vitória, e Álvaro Dias (PR), ex-governador.

Câmara - Dos 11 deputados que são "Cabeças do Congresso", o PSDB reelegeu todos: Aécio Neves (MG), Alberto Goldman (SP), Aloisio Nunes Ferreira (SP) Antônio Kandir (SP), Arnaldo Madeira (SP), Hartur Virgílio Neto (AM), Franco Montoro (SP), Roberto Brant (MG), José Anibal (SP), Luiz Carlos Hauly (PR) e Ubiratan Aguiar (CE).

Além dos atuais, poderão fazer parte da futura elite parlamentar os novos deputados: Pimenta da Veiga (MG), ex-líder do PMDB e prefeito de BH, Emerson Kapaz (SP), ex-secretário de Ciência e Tecnologia de Covas em São Paulo e ex-coordenador do Movimento de Bases Empresariais, Francisco Graziano (SP), ex-secretário particular do presidente FHC, presidente do Inbra e ex-secretário de Agricultura de São Paulo na gestão Covas, Walfrido Guia (MG), vice-governador de Eduardo Azeredo, Juthay Magalhães Júnior (BA), ex-ministro da Ação Social de Itamar Franco, Moroni Torgan (CE), ex-vice-governador de Tasso Jereissati e João Castelo (MA), ex-governador e ex-senador.

PPB

O Partido Progressista Brasileiro foi o principal perdedor destas eleições para

o Congresso, tanto qualitativamente quanto numericamente.

Senado - Pelo menos dois nomes de expressão estarão fora na próxima legislatura e ninguém foi elevado em condições de substituí-los nas articulações e negociações no Senado: o senador Esperidião Amim, eleito governador de Santa Catarina, e Epitácio Cafeteira, derrotado para o governo do Maranhão. O primeiro era presidente do partido e o segundo líder da bancada, que agora fica sem nomes de expressão no Senado.

Câmara - Dos 10 nomes do PPB mais influentes do Congresso, sete foram reeleitos: Arnaldo Faria de Sá (SP), Delfim Netto (SP), Francisco Dornelles (RJ), Gerson Peres (PA), Hugo Biehl (SC), Ibraim Abi-Ackel (MG) e Odelmo Leão (MG). Três foram derrotados: Roberto Campos (RJ), um dos expoentes do neoliberalismo, perdeu a vaga do Senado para o socialista Saturnino Braga, do PSB, Prisco Viana (BA), um dos parlamentares mais experientes do Congresso, foi perseguido por ACM e perdeu a reeleição, e Jarbas Lima, um jurista de respeito na Comissão de Justiça, ficou na primeira suplência no Rio Grande do Sul. Ninguém, entre os novos, terá peso na elite parlamentar.

PT

O Partido dos Trabalhadores ganhou em quantidade e também em qualidade, tanto na Câmara, quanto no Senado.

Senado - Reelegeu Eduardo Suplicy (SP) e ganhou o senador Tião Viana (AC), irmão do governador eleito do Acre, e a senadora Heloísa Helena (AL).

Câmara - Dos 17 deputados que integravam a lista os "Cabeças do Congresso", 11 foram reeleitos: Arlindo Chinaglia (SP), Eduardo Jorge (SP), Jair Meneguelli (SP), Jacques Wagner (BA), João Fassarella (MG), José Genoino (SP), José Machado (SP), Marcelo Déda (SE), Milton Temer (RJ), Paulo Paim (RS), Walter Pinheiro (BA). Dos outros sete, uma, a deputada Sandra Starling (MG), desistiu da reeleição, a outra, Marta Suplicy (SP), disputou e perdeu o governo de São Paulo, Miguel Rosseto (RS), eleito vice-governador do Rio Grande do Sul, na chapa de Olívio Dutra, e o deputado Humberto Costa, perdeu a eleição para o Senado. Outros dois, Luciano Zica (SP) e Paulo Bernardo (PR), respectivamente especialistas em infra-estrutura e orçamento, perderam a reeleição para a Câmara. Além destes, outros parlamentares influentes do PT, embora não fizessem parte da lista do DIAP, estarão fora do Congresso: Hélio Bicudo (SP) e Maria da Conceição Tavares (RJ), que desistiram de tentar novo mandato.

Entre os novos, os nomes que podem integrar a elite parlamentar são os seguintes: Waldir Pires (BA), ex-governador e ex-ministro da Previdência, Aloizio Mercadante (SP), ex-deputado, José Dirceu (SP), ex-deputado e presidente do PT, Jorge Bittar (RJ), ex-ve-reador, Virgílio Guimarães (MG), ex-constituente, Luci Choinascki (SC), vinculada aos sem terra, Antônio Palocci (SP), ex-prefeito de Ribeirão Preto, e Ricardo Berzoini (SP), presidente do Sindicato dos Bancários.

PDT

O Partido Democrático Trabalhista perdeu no Senado, mas ganhou na Câmara.

Senado - Perde a senadora Júnia Marise (MG), uma das estrelas do partido, além do suplente de Darcy Ribeiro, Abdias Nascimento. Ninguém foi eleito no partido para substituí-los.

Câmara - Dos três "Cabeças do Congresso", o PDT reelegeu dois: Miro Teixeira (RJ), o mais votado do Estado, e Neiva Moreira (MA), e um foi derrotado o deputado Sérgio Carneiro (BA), uma das revelações desta legislatura. Além deste, também ficará fora da Câmara o ex-líder Matheus Shimidt, que foi candidato a vice-governador da chapa derrotada de Emília Fernandes.

O partido, entretanto, saiu fortalecido com o ingresso de alguns nomes de pesos, como os de Alceu Colares (RS), ex-governador, Roberto Batochio (SP), ex-presidente da OAB-Nacional, e Vivaldo Barbosa (RJ), ex-líder do partido na Câmara.

PTB

Partido Trabalhista Brasileiro teve um bom crescimento numérico, mas perdeu qualitativamente, tanto na Câmara como no Senado.

Senado - Perdeu o senador, banqueiro e ex-ministro Andrade Vieira (PR) e não elegeu ninguém para substituí-lo. O nome certo era o ex-governador Hélio Garcia, mas misteriosamente renunciou à candidatura ao Senado.

Câmara - Dos influentes, por força dos cargos que ocupavam, apenas um foi reeleito: o coordenador da bancada ruralista Nelson Marquezelli (SP). O outro, o atual líder Paulo Heslander (MG), um dos parlamentares mais fisiológicos e clientelistas desta legislatura, foi derrotado nas urnas. Também perderam a eleição o ex-líder Pedrinho Abrão (GO), envolvido com denúncia de corrupção, e o ex-presidente do partido, Rodrigues Palma (MT), derrotado na disputa do cargo de vice-governador. Entre os novos, talvez o único com alguma chance de influenciar na agenda

política seja o ex-governador do Espírito Santo, Max Mauro.

PL

O Partido Liberal manteve-se praticamente inalterado.

Câmara - Perdeu seu presidente, o deputado Álvaro Valle (RJ) e ganhou o deputado Marcos Cintra (SP), especialista em tributos.

PSB

O Partido Socialista Brasileiro cresceu quantitativamente na Câmara e no Senado, mas perdeu qualitativamente, embora tenha ganho uma estrela: a deputada Luiza Erundina (SP)

Senado - Ganhou o senador Saturnino Braga (RJ), que se somará aos senadores Antônio Carlos Valadares (SE) e Ademir Andrade (PA).

Câmara - Reelegeu Alexandre Cardoso (RJ), atual líder, mas perdeu Fernando Lyra (PE), que desistiu de tentar novo mandato, Domingos Leonelli (BA), que não conseguiu reeleger-se, Almino Afonso, que perdeu para o Senado em São Paulo, o deputado José Pinotti, que foi derrotado para o cargo de vice na chapa de Francisco Rossi, saiu do partido para apoiar Maluf em São Paulo. Ganhou a ex-prefeita de São Paulo e ex-ministra Luiza Erundina (SP).

PPS

O Partido Popular Socialista, que tinha crescido com o ingresso de Ciro Gomes, foi praticamente dizimado nesta eleição para a Câmara. No Senado, manteve seu único senador, Roberto Freire (PE).

Câmara - Perdeu os deputados Colbert Martins (BA), uma das revelações desta legislatura, Sérgio Arouca (RJ), um veterano e articulador na área de saúde, e Augusto Carvalho (DF), todos nomes de expressão no Congresso. Elegeu apenas três, sendo que apenas um terá chance de chegar à elite parlamentar: João Hermann Neto.

PCdoB

O Partido Comunista do Brasil foi outro que perdeu quantitativamente e qualitativamente, embora tenha ampliado sua votação no DF, CE e SP.

Câmara - Dos quatro deputados que faziam parte dos "Cabeças do Congresso", três foram reeleitos: Aldo Rebelo (SP), Jandira Feghali (RJ) e Sérgio Miranda (MG). O outro, Aldo Arantes, um dos nomes mais ativos da esquerda no Congresso, embora tenha aumentado sua votação, ficou fora por causa do baixo quociente da coligação.

Bancadas informais

As bancadas informais, que nas duas últimas legislaturas tiveram muito peso nas negociações que antecediam as votações, em alguns casos fazendo do governo refém, poderão perder um pouco do prestígio nesta legislatura, embora tenham mantido suas composições e em alguns casos até se ampliado. É que os partidos políticos, se antecipando à reforma que instituirá a fidelidade partidária, estão passando por uma transformação, que vêm se caracterizando por maior unidade de ação. Os dissidentes ou foram eliminados pelas urnas ou estão sem peso nas direções dos partidos. São exemplos do primeiro caso, no PMDB, os deputados Paes de Andrade (CE), Ronaldo Cunha Lima (PB) e Noel de Carvalho (RJ), bem como o PPB, que não reelegeu os deputados Prisco Viana (BA), Jarbas Lima (RS) e Eraldo Trindade (AP). Além da maior unidade partidária, há outro dado que poderá influenciar na negociação política em prejuízo das bancadas. Trata-se da eleição de alguns caciques regionais e de muitos deputados que contaram com a benção desses líderes regionais, como ACM, Sarney, Maluf, Iris Resende, Tasso Jereissati e Marco Maciel.

De qualquer modo, as bancadas informais, no plano interno, saíram fortali-

decidas das urnas. Seus principais membros, especialmente os coordenadores, foram quase todos reeleitos. Talvez à exceção da representação feminina, que perdeu Sandra Starling (PT/MG) e Conceição Tavares (RJ), que desistiram de concorrer nestas eleições, além de Marta Suplicy, candidata ao governo de São Paulo, Socorro Gomes (PC do B/PA) e Zulaiê Cobra (PSDB/SP), que perderam a reeleição, e da bancada de agricultura familiar, que não reelegeu seu coordenador, Ezídio Pinheiro (PSDB/RS), as demais mantiveram-se fortes.

A bancada ruralista, por exemplo, perdeu um líder de médio porte, Valdir Collato (PMDB/SC), candidato derrotado ao Senado, mas em compensação ganhou um peso pesado, deputado Ronaldo Caiado (PFL/GO). A bancada de empresários, mesmo perdendo o deputado Sandro Mabel (PMDB/GO), um dos principais articuladores na área de trabalho, que desistiu da reeleição, ficou revigorada com o ingresso do presidente da Federação das Indústrias de São Paulo e de Pernambuco, deputados Moreira Ferreira (PFL/SP) e Armando Monteiro Neto (PMDB/PE), além do presidente da Confederação Nacional da Indústria, senador Fernando Bezerra (PMDB/RN) e Emerson Kapaz, do Mo-

vimento de Bases Empresariais de São Paulo.

A bancada sindicalista, que perdeu nomes como Ivan Valente (PT/SP), Luciano Zica (PT/SP), Maria Laura (PT/DF) e Chico Vigilante (PT/DF), ganha nomes do peso de Ricardo Berzoini (PT/SP), presidente do Sindicato de Bancários de São Paulo, e Luiz Antônio Medeiros (PFL/SP), presidente da Força Sindical. A bancada evangélica, que embora tenha perdido os deputados Laprovita Vieira (PPB/RJ) e Benedito Domingos (PPB/DF), cresceu numericamente e ganhou nomes como o Bispo Rodrigues (PFL/RJ), segundo homem na hierarquia da Igreja Universal. A bancada da habitação, que acolhe os empreiteiros e incorporadores da construção civil, perdeu Luiz Roberto Ponte, mas reelegeu seus principais líderes, como Ricardo Izar (PPB/SP), Márcio Fortes (PSDB/RJ) e Wigberto Tartuce (PPB/DF), além de ganhar novos nomes, como o deputado Paulo Octávio (PFL/DF) e o senador Luiz Estevão (PMDB/DF). A bancada de micro e pequenas empresas, talvez a mais eclética de todas, talvez por ter rejeição zero, não apenas reelegeu seu coordenador, deputado Augusto Nardes (PPB/RS), como saiu fortalecida.

Bancada Sindicalista

O debate em torno da reforma trabalhista e sindical será dos mais acirrados na próxima legislatura do Congresso. A bancada sindicalista cresceu qualitativa e quantitativamente, e com uma novidade. Desta vez, além da bancada sindical dos trabalhadores, que saltou de 38 para 44 representantes, somando-se os 40 deputados e quatro senadores, haverá também a bancada sindical patronal, composta de oito membros, todos dirigentes de federações de indústria, oriundos dos principais Estados do País. Assim, além dos representantes dos trabalhadores e dos 143 deputados e 32 senadores empresários, que disputarão a reforma da legislação trabalhista, os primeiros querendo preservar os direitos e os segundos desejando extingui-los ou flexibilizá-los, haverá disputa também quanto ao modelo de organização sindical, por força do surgimento da representação sindical, empresarial, que conhece bem o

tema. Deste modo, o governo contará, na área trabalhista e sindical com os parlamentares empresários e com sua bancada sindical.

Nessa disputa, os principais expoentes da bancada dos trabalhadores serão os deputados Jair Meneguelli (PS/SP) e Ricardo Bezoini (PT/SP), vinculados à CUT, Luiz Antônio Medeiros (PFL/SP), da Força Sindical, além do histórico Paulo Paim (PT/RS), talvez o mais preparado e experiente de todos. Na representação patronal, indiscutivelmente, os principais interlocutores serão o senador Fernando Bezerra (PMDB/RN), presidente da CNI-Confederação Nacional da Indústria, Moreira Ferreira (PFL/SP), da FIESP e Emerson Kapaz (PSDB/SP), do Movimento Nacional das Bases Empresariais. O fato curioso neste novo quadro parlamentar - sindical é que na bancada dos trabalhadores haverá disputa interna, tanto do ponto de vista partidá-

rio, PFL versus PT, como de centrais, CUT versus Força, quanto de modelos de legislação trabalhista e sindical.

Na bancada sindical de trabalhadores, a renovação foi de 44,73%. Dos atuais 38 parlamentares, 21 renovaram seus mandatos. Partidariamente, a futura bancada sindical possui a seguinte composição: 38 do PT, três do PC do B, um do PDT, um do PPB e um do PFL. Na legislatura atual, em lugar do PFL, a bancada contava com um deputado do PSDB, Ezídio Pinheiro (RS), que, apesar de ter ampliado muito sua votação, não conseguiu renovar seu mandato. Bem distribuída do ponto de vista regional, a bancada sindical de assalariados tem representação das principais categorias profissionais, com destaque para professores, metalúrgicos, médicos e bancários.

Conheça, na tabela à página 11, todos os membros das duas bancadas sindicais.

BANCADA SINDICALISTA NA CÂMARA

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	SITUAÇÃO	CATEGORIA
Adão Pretto	PT/RS	Reeleito	Trabalhador Rural
Agnelo Queiroz	PC do B/DF	Reeleito	Médico
Arlindo Chinaglia	PT/SP	Reeleito	Médico
Ben Hur	PT/MS	Novo	Professor
Carlos Santana	PT/RJ	Reeleito	Metroferroviário
Fernando Ferro	PT/PE	Reeleito	Eletricitário
Fernando Marroni	PT/RS	Novo	Servidor Público
Geraldo Magela	PT/DF	Novo	Bancário
Geraldo Simões	PT/BA	Novo	Servidor Público
Gilmar Machado	PT/MG	Novo	Professor
Iara Bernardi	PT/SP	Nova	Professora
Jair Meneguelli	PT/SP	Reeleito	Metalúrgico
Jandira Feghali	PC do B/RJ	Reeleita	Médica
Jaques Wagner	PT/BA	Reeleito	Técnico Industrial/Petroquímico
João Batista Babá	PT/PA	Novo	Professor
João Coser	PT/ES	Reeleito	Comerciário
João Fassarella	PT/MG	Reeleito	Professor
João Grandão	PT/MS	Novo	Bancário
João Paulo	PT/SP	Reeleito	Metalúrgico
Jorge Bittar	PT/RJ	Novo	Engenheiro
José Pimentel	PT/CE	Reeleito	Bancário
Luiz Antônio Medeiros	PFL/SP	Novo	Metalúrgico
Luiz Mainardi	PT/RS	Reeleito	Advogado/Metalúrgico
Luiz Sérgio	PT/RJ	Novo	Metalúrgico
Maria do Carmo Machado	PT/MG	Nova	Professora
Nelson Pelegrino	PT/BA	Novo	Advogado
Nilmário Miranda	PT/MG	Reeleito	Jornalista
Nilton Baiano	PPB/ES	Reeleito	Médico
Padre Roque	PT/PR	Reeleito	Professor
Paulo Paim	PT/RS	Reeleito	Metalúrgico
Paulo Rocha	PT/PA	Reeleito	Gráfico
Pedro Celso	PT/DF	Novo	Rodoviário
Ricardo Bezoini	PT/SP	Novo	Bancário
Tilden Santiago	PT/MG	Reeleito	Jornalista
Valdeci Oliveira	PT/RS	Reeleito	Metalúrgico
Vanessa Graziotin	PC do B/AM	Nova	Professora
Virgílio Guimarães	PT/MG	Novo	Economista
Valdir Ganzer	PT/PA	Novo	Trabalhador Rural
Walter Pinheiro	PT/BA	Reeleito	Telefônico
Wellington Dias	PT/PI	Novo	Bancário

BANCADA SINDICALISTA NO SENADO

Emília Fernandes	PDT/RS	Atual	Professora
Geraldo Cândido Silva	PT/RJ	Atual	Metroviário
Heloísa Helena	PT/AC	Nova	Professora
José Eduardo Dutra	PT/SE	Atual	Geólogo

BANCADA SINDICAL PATRONAL NA CÂMARA

PARLAMENTAR	PARTIDO/UF	SITUAÇÃO	ENTIDADE
Armando Monteiro	PMDB/PE	Novo	FIEPE
Emerson Kapaz	PSDB/SP	Novo	FIESP
Francisco Garcia Rodrigues	PFL/AM	Novo	FIAM/CNI
João Mendes	PPB/RJ	Reeleito	FIRJAN
Márcio Fortes	PSDB/RJ	Reeleito	FIRJAN/CNI
Moreira Ferreira	PFL/SP	Novo	FIESP/CNI

BANCADA SINDICAL PATRONAL NO SENADO

Fernando Bezerra	PMDB/RN	Atual	FIERN/CNI
José Alencar	PMDB/MG	Novo	FIEMG

Agenda do Congresso no segundo governo FHC

O Presidente da República, eleito em primeiro turno, deu um perfil técnico à sua campanha e apresentou-se ao eleitorado como o único capaz de enfrentar e debelar a crise porque passa o País, promovendo uma série de reformas, notadamente nos campos fiscal, tributário e político. A governabilidade provisória, conseguida em bases precárias ainda na gestão Itamar Franco com a instituição da CPMF e do FEF, esgotou-se e a equipe governamental terá que adotar uma política fiscal e tributária austera e permanente, que depende de reforma constitucional e seja capaz de equilibrar as contas públicas. E o novo Congresso, eleito no mesmo pleito, terá que debater e votar a agenda governamental, cabendo aos partidos da base de sustentação, eleitos na mesma data e com a mesma pauta, arcar com os ônus de aprovar matérias complexas, como as reformas fiscal, política, trabalhista e sindical, e do Poder Judiciário, e também impopulares, como cortes de pessoal e de despesas da área social, especialmente da educação e saúde, inclusive que tenha recursos para pagar os juros das dívidas interna e externa e honrar os compromissos assumidos na carta de intenções com o FMI.

Para debater com alguma tranquilidade as medidas de caráter estrutural a serem votadas pelo próximo Congresso, que demandam Emendas Constitucionais, o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, aproveitará o atual Congresso, cujo mandato vai até o último dia de janeiro de 1999, para votar o ajuste fiscal naqueles aspectos urgentes que dependem de lei ordinária ou complementar, como aumento de impostos e cortes de despesas, bem como aprovar a Emenda Constitucional da CPMF e concluir a votação da reforma da Previdência, além de encaminhar a regulamentação da reforma administrativa. É provável que o governo, objetivando neutralizar a oposição, também promova reforma no regimento interno da Câmara, para acabar com o Destaque

para Votação em Separado automático, submetendo sua aceitação à votação por maioria simples.

Em relação à agenda futura, que o presidente FHC espera ver aprovada até junho de 2000, data a partir da qual os partidos que dão sustentação ao governo cuidarão de criar as bases nas eleições municipais para o pleito federal de 2002, inclui várias matérias constitucionais, que são polêmicas e exigirão muito pulso, popularidade e coordenação política do governo, para que o Congresso as vote conclusivamente nesse prazo. Neste espaço, vamos listar e analisar as principais reformas a serem debatidas e votadas pelo próximo Congresso.

Matérias Constitucionais

Reforma Fiscal – a reforma fiscal compreende os aspectos de receita e despesas dos governos nos três níveis; federal, estadual e municipal. A parte da receita — a reforma tributária — que será objeto de uma Emenda Constitucional, envolve pelo menos três tipos de disputas: uma entre os governos e os agentes econômicos e sociais, este querendo pagar menos impostos e aqueles querendo ampliar suas receitas; outra entre os três níveis de governo — união, estados e municípios — cada um brigando para ficar com a maior fatia do bolo, e, finalmente, uma terceira entre as regiões, para manter ou ampliar as renúncias e isenções fiscais. Na parte da despesa — a reforma fiscal propriamente — a guerra será grande. De um lado estará a União querendo transferir para Estados e Municípios encargos nas áreas de saúde, educação e habitação, e de outro estarão os governadores e prefeitos pedindo mais recursos para absorver esses encargos, numa disputa cujo ganhador será imprevisível. Um fato, entretanto, é certo: o governo federal usará de todos os meios à sua disposição para ganhar essa batalha, inclusive a chantagem de ameaçar os governadores e prefeitos com a retirada do direito de reeleição deles, um tema que pro-

vavelmente entrará com peso na reforma política. Entretanto, o anúncio da prorrogação da CPMF e do FEF pode enfraquecer o governo na luta por uma reforma fiscal permanente que elimine o desequilíbrio entre receita e despesa.

Reforma Política - Há quase que uma unanimidade sobre a necessidade da reforma política, mas quase nenhum acordo acerca do seu conteúdo, talvez com exceção apenas da introdução de uma cláusula de barreira e do instituto da fidelidade partidária, este último finalmente aceito pelo PFL e PPB, os dois partidos que mais ofereceram resistência à sua instituição no período da revisão constitucional. Os institutos da reeleição, especialmente para prefeito e governador, e do segundo turno, também nesses dois níveis, podem ganhar espaço na agenda, embora sem grandes chances de aprovação. Temas como voto facultativo e representação dos Estados, com redução da representação dos Estados onde há desproporcionalidade, especialmente nas regiões Norte e Nordeste, têm chances zero de aprovação na reforma. O financiamento público de campanha, a idéia de eleição de suplentes de senadores, a instituição do senador vitalício, com direito apenas a voz, para os ex-presidentes da República, assim como a redução do mandato dos senadores, também têm pouca ou quase nenhuma chance de aprovação. O voto distrital misto, que todas as pesquisas no Congresso indicam mais de 50% de aceitação, dificilmente será implementado, especialmente quando os partidos mais à direita, que são seus maiores defensores, descobrirem que o número de vagas a que cada partido terá no Parlamento, segundo o sistema alemão, será definido a partir dos votos obtidos pela legenda partidária, já que, por esse sistema, de listas fechadas e bloqueadas, os eleitores votam nos partidos e não nos nomes. Deste modo, os votos de legenda dos partidos como PFL, PPB e PMDB poderão não ser suficientes nem para acomodar as vagas conquistadas nos distritos, dada as

resistências às siglas desses partidos, especialmente nos grandes centros. Finalmente, a definição do número de vereadores, criação de Estados e Municípios, data de posse, domicílio eleitoral, coligações, divulgação de pesquisas eleitorais e imunidade parlamentar também poderão ser objeto de discussão na reforma política.

Reforma do Judiciário - O interesse do Poder Executivo na reforma do Judiciário se limita a cinco pontos: instituir o efeito vinculante nas decisões judiciais, estabelecer algum tipo de controle externo, eliminar a representação classista na Justiça do Trabalho e por fim ao Poder Normativo, também na Justiça do Trabalho, além de estabelecer limites na autonomia financeira do Judiciário, especialmente no que se refere à construção de prédios e instalações suntuosas. Com estas medidas, ao lado de outras, como a criação do juizado de pequenas causas, que é ágil e barato, o governo pretende reduzir suas despesas com esse poder, um dos que mais tem crescido nos últimos anos sem, entretanto, diminuir a demanda. Só com o efeito vinculante, que o governo pretende que seja também dos tribunais superiores, além do Supremo Tribunal Federal, a expectativa é que haja um desafogamento de algo superior a 50% da carga atual, boa parte dela sobre matéria já julgada. Finalmente, com o controle externo espera-se maior transparência administrativa e patrimonial do Tribunal, que tem abusado na construção de verdadeiro palácios, segundo fontes oficiais.

O grande desafio será aprovar uma reforma que mexa, indiscutivelmente, com a autonomia de um poder da República, sem que os magistrados reajam fortemente. Os institutos do controle externo e da limitação da autonomia financeira, caracterizam-se por interferência direta na autonomia do Poder, e a instituição do efeito vinculante, na autonomia de juiz singular e dos tribunais regionais, que, conhecendo a realidade de perto, reúnem melhores condições para julgar do que os tribunais superiores. Quanto ao poder normativo e à representação classista, que constituem a espinha dorsal da Justiça do Trabalho, sua supressão significará o fim da Justiça do Trabalho e, em consequência, do Direito do Trabalho, podendo ser incorporada pela Justiça Comum e julgadas suas demandas com

fundamento no Direito Civil.

Reforma Sindical - A proposta de nova estrutura sindical, segundo a Emenda em estudo no Governo, tem como princípios básicos: i) instituir a pluralidade sindical, ii) extinguir a contribuição sindical, iii) acabar com a substituição processual, iv) limitar a representação sindical aos associados, iv) forçar a constituição de sindicato por empresa, já que não há menção à categoria profissional nem a obrigatoriedade de participação do sindicato patronal, como existe em relação ao sindicato de trabalhadores, nas negociações, v) eliminar o Poder Normativo da Justiça do Trabalho, vi) transferir para a Justiça do Trabalho os conflitos entre sindicatos, vii) condicionar o acesso do trabalhador à Justiça à conciliação extrajudicial, viii) limitar contribuições dos associados em favor do sindicato ao princípio da "razoabilidade", e ix) dar aos Tribunais do Trabalho competência para julgar os dissídios apenas de natureza jurídica, para interpretação de normas, que servem, por exemplo, para por fim a uma greve, inclusive com multa ao sindicato, mas não servem para assegurar um só centavo de reajuste.

Uma proposta que, em nome da liberdade, institui a possibilidade de criação de mais de uma entidade, numa mesma base territorial, sem definir o critério de representatividade, de modo a que apenas uma, entre as várias entidades, possa representar todo o conjunto de trabalhadores da categoria profissional, é desonesta, porque quer criar o sindicato por empresa. Mas a proposta governamental, conforme se depreende do resumo acima, não se limita a instituir o sindicato por empresa. Ela reduz a representação do sindicato apenas aos associados, transformando-os em clube. E, com esse formato, dificilmente haverá dirigente sindical de trabalhadores apoiando essa proposta governamental.

Reforma Trabalhista - A idéia governamental é flexibilizar o artigo sétimo da Constituição, incluindo na ementa do referido artigo a expressão "Ressalvado acordo", sem mencionar a palavra coletivo, para permitir que acordos individuais, entre empregados e empregadores, possam eliminar a aplicação dos direitos trabalhistas da Constituição. Com essa

redação, o caput do art. 7º passaria a ser o seguinte: "Art. 7º - Ressalvado acordo, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:"...

Como se vê, o propósito, já que não encontra apoio para simplesmente desconstitucionalizar todo o artigo, é utilizar essa artimanha de modo a condicionar a eficácia do texto constitucional à ausência de acordo. Será uma verdadeira fraude.

Matérias Infraconstitucionais

Além das reformas estruturais, que exigem aprovação de Emendas Constitucionais, o novo Congresso terá uma ampla agenda de matérias em nível de lei ordinária e complementar, especialmente nas áreas da Administração Pública e da Previdência Social. A reforma administrativa pede mais de dez projetos de lei e a reforma da Previdência, cuja votação será concluída pelo atual Congresso e sua regulamentação ficará para o próximo, também depende de uma dezena de leis. Além destas, há outras importantes, que irão regulamentar a CPMF, as exigidas normalmente para o bom funcionamento da administração pública, bem como as que regulamentarão as reformas política, fiscal, trabalhista, sindical e do Judiciário. A modificação na legislação trabalhista e sindical serão das mais profundas, porque o governo pretende aproveitar esse momento de ajuste para flexibilizar as relações de trabalho, sob o falso fundamento de retração de investimento e criação de empregos.

Todas as matérias infraconstitucionais a serem definidas pela próxima legislatura, certamente a instituição de contribuição previdenciária para os servidores inativos será o tema mais polêmico. Essa matéria, só na atual legislatura, foi rejeitada três vezes pela Câmara dos Deputados. Além disso, houve um acordo, assinado pelo ex-líder do governo, o falecido deputado Luiz Eduardo Magalhães (PFL/BA), que se comprometia a não incluir esse tema na regulamentação da Emenda Constitucional. É esperar para ver a reação do Congresso e do senador Antônio Carlos Magalhães, pai do deputado que fez o acordo, para verificar a possibilidade de aprovação dessa contribuição.

ACRE

Com o maior índice de renovação desta eleição, 75%, contra os 25% do pleito de 1994, o Estado do Acre não reconduziu cinco deputados federais, quais sejam: Carlos Airton e Emílio Assmar, do PPB, Regina Lino e Chichão Brígido, do PMDB, este derrotado na disputa pelo Governo do Estado, e Osmir Lima, do PFL. Os outros dois deputados que concorreram à reeleição, João Tota, do PPB, deputado mais votado no seu Estado em 1989 (6.869) e o menos votado em 1998 (5.477), Zila Bezerra, do PFL e integrante da bancada da Amazônia, obtiveram êxito, retornando à Câmara. A deputada Célia Mendes, que disputou uma vaga ao Senado Federal ficou sem mandato parlamentar.

Os seis novos deputados federais, que vão representar o Estado do Acre na próxima legislatura, são os seguintes: o militar e atual deputado estadual, Hidelbrando Pascoal, do PFL, o comerciante Ildelfonso, do PFL, o professor Marcos Afonso, do PT, o técnico em Agronomia, Márcio Bittar, do PMDB, o professor universitário e atual deputado estadual, Nilson Mourão, do PT, e o engenheiro Sérgio Barros, do PDT.

O número de eleitores total no Estado é de 318.955. Entretanto, todos os deputados somados obtiveram apenas 89.483 votos. Isso significa que os deputados eleitos representam apenas 28,05% do eleitorado. Esse número é inferior ao somatório de votos brancos,

nulos e abstenções, que totalizou 109.402 e representa 34,30% do universo eleitoral.

A eleição em 1º turno do governador Jorge Viana, do PT, foi um impulso para que o Partido dos Trabalhadores garantisse representação na Câmara e no Senado Federal, elegendo dois deputados e o senador Tião Viana, irmão do governador eleito. Com isso, o PT, que não tem representantes na atual bancada do Estado, é agora o segundo maior partido, atrás do PFL, que elegeu três deputados. Em terceiro lugar aparecem com um representante cada, o PMDB, o PDT e o PPB, este último apresentando a maior derrota do Estado, pois perdeu três cadeiras na Câmara.

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Hidelbrando Pascoal	PFL	18.356	Militar	Novo
Ildelfonso	PFL	10.673	Comerciante	Novo
João Tota	PPB	5.477	Engenheiro	Reeleito
Márcio Bittar	PMDB	7.810	Técnico em agronomia	Novo
Marcos Afonso	PT	21.556	Professor	Novo
Nilson Mourão	PT	7.631	Professor	Novo
Sérgio Barros	PDT	7.969	Engenheiro	Novo
Zila Bezerra	PFL	10.011	Professora	Reeleita

Ficha eleitoral

Eleitores:	318.955
Votos brancos:	15.242
Votos nulos:	14.901
Abstenções:	79.260
Candidatos à reeleição:	6
Reeleitos:	2
Votação total dos eleitos:	89.483
Índice de renovação:	75%
Quociente eleitoral:	26.194

ALAGOAS

Ao contrário das eleições de 1994, a bancada de Alagoas sofreu uma pequena renovação no pleito de 1998: 44,44%. Apesar de seu perfil permanecer majoritariamente conservador, com a reeleição de vários deputados da base de apoio do atual governo federal, dois deputados de oposição conseguiram ser eleitos.

Dos atuais nove deputados, sete tentaram a reeleição e cinco conseguiram renovar seus mandatos. São os deputados Albérico Cordeiro, nota 4,25 do DIAP na Constituinte e eleito para o 5º mandato, Augusto Farias, irmão de PC Farias e ex-secretário de Transporte do Estado, Ceci Cunha, integrante da bancada saúde e eleita para o 2º mandato, José Thomaz Nonô, ex-secretário de Fazenda de Alagoas e nota 1,75 do DIAP na Constituinte e Luiz Dantas, integrante da bancada empresarial no Congresso e também ex-secretário de Fazenda do Estado. A deputada Ceci Cunha, inicialmente candidata a vice-governadora, acabou desistindo e retomou a cam-

panha para a Câmara dos Deputados. Já o deputado Fernando Torres, ex-prefeito de Teotônio Vilela e irmão do ex-deputado federal Roberto Torres, desistiu da reeleição.

A surpresa da bancada alagoana fica por conta dos novos deputados eleitos. Givaldo Carimbão foi vereador de Maceió e conseguiu dar ampla visibilidade ao seu mandato. Já João Caldas, deputado estadual, fez oposição sistemática ao governo do Estado. Os dois estavam bem cotados em todas as previsões. A maior novidade foi a eleição de Régis

Cavalcante. Militante de esquerda no Estado, foi vereador de Maceió e secretário municipal na gestão da prefeita Kátia Born. Um dos novos eleitos é bastante conhecido: irmão do ministro da Justiça, o deputado Olavo Calheiros, suplente na atual legislatura, assumiu por um longo período (1995-97) dado o afastamento do titular, o deputado Luiz Dantas.

Os deputados Moacir Andrade e Talvane Albuquerque não conseguiram votos suficientes para a sua recondução ao Congresso. O deputado Benedito de

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Albérico Cordeiro	PTB	33.149	Jornalista	Reeleito
Augusto Farias	PFL	47.426	Empresário	Reeleito
Ceci Cunha	PSDB	54.968	Médica	Reeleita
Givaldo Carimbão	PSB	39.209	Empresário	Novo
João Caldas	PMN	66.968	Advogado	Novo
José Thomaz Nonô	PSDB	51.274	Advogado	Reeleito
Luiz Dantas	PSD	45.544	Empresário	Reeleito
Olavo Calheiros	PMDB	82.772	Empresário	Novo
Régis Cavalcante	PPS	25.525	Radialista	Novo

Lira, ex-deputado estadual e aliado do ex-governador Divaldo Suruagy, candidatou-se na chapa encabeçada pelo governador Manoel de Barros, derrotado pelas urnas. Outra surpresa das urnas foi a votação inexpressiva do ex-governador Divaldo Suruagy que ficará pela primeira vez sem mandato desde que se elegeu vereador por Maceió há quatro décadas. O ex-deputado federal Cleto Falcão também não conseguiu se

eleger. Destaca-se ainda na bancada a presença de quatro deputados aliados do governador eleito Ronaldo Lessa (PSB): João Caldas, Luiz Dantas, Gilvaldo Carimbão e Régis Cavalcante.

O total de votos dados aos deputados representa 45% do eleitorado do Estado, contra 37,9% de votos nulos, brancos e abstenções. Entre os eleitos, nenhum conseguiu atingir o quociente eleitoral, que ficou em 95.399 votos.

Ficha eleitoral

Eleitores:	1.383.600
Votos brancos	69.792
Votos nulos:	64.748
Abstenções:	390.465
Candidatos à reeleição:	7
Reeleitos:	5
Votação total dos eleitos: ..	624.587
Índice de renovação:	44,44%
Quociente eleitoral:	95.399

AMAPÁ

O Amapá tem oito representantes na Câmara dos Deputados. Renovada em 62,5%, esta bancada ficará mais governista. Nas eleições de 1994, a renovação foi de apenas 37,5%. Todos os atuais parlamentares amapaenses tentaram retornar para Brasília. Destes, apenas três conseguiram a reeleição, os demais foram derrotados. A surpresa foi a não recondução da deputada Raquel Capiberibe (PSB), ex-constituente, irmã do governador João Capiberibe (PSB), reeleito, em primeiro turno, com 71,80% dos votos válidos.

Os três parlamentares que conseguiram renovar seus mandatos foram o empresário Antônio Feijão, Fátima Pelaes, deputada pela 3ª vez, e Sérgio Barcellos, empresário da área de comunicação. Foram barrados nas urnas os deputados Eraldo Trindade (PPB), Gervásio Oliveira (PDT), Murilo Pinheiro (PFL) e Valdenor Guedes (PPB).

Dos cinco deputados eleitos para o seu primeiro mandato, apenas Evandro Milhomem (PSB), sociólogo, tem experiência política, tendo em vista que

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Antônio Feijão	PSDB	7.227	Empresário e geólogo	Reeleito
Badu	PSDB	6.516	Contador	Novo
Benedito Dias	PFL	13.466	Médico	Novo
Eduardo Seabra	PTB	7.561	Professor	Novo
Evandro Milhomem	PSB	6.804	Sociólogo	Novo
Fátima Pelaes	PSDB	7.519	Socióloga	Reeleita
Jurandil Juarez	PMDB	7.760	Economista	Novo
Sérgio Barcellos	PFL	8.589	Empresário	Reeleito

exercia o cargo de vereador. Os demais são novatos na política. São eles: Benedito Dias (PFL), médico; Jurandil Juarez (PMDB), economista; Eduardo Seabra (PTB), professor de 1º e 2º graus e Badu (PSDB), contador.

A nova composição partidária da bancada do Amapá ficará assim: PSDB, três representantes; PFL, dois, tendo perdido uma cadeira em relação à bancada eleita em 94; PSB, um deputado, também perdendo vagas em relação às eleições passadas; e um parlamentar do PMDB e outro do PTB, ambos sem representação na bancada atual.

Ficha eleitoral

Eleitores:	213.289
Votos brancos:	3.102
Votos nulos:	3.844
Abstenções:	28.941
Candidatos à reeleição:	8
Reeleitos:	3
Votação total dos eleitos: ..	65.442
Quociente eleitoral:	22.175

AMAZONAS

A renovação no Estado foi de 37,5%, inferior aos 50% na legislatura passada. No Estado, sete dos atuais deputados tentaram a reeleição e somente um disputou outro cargo. O deputado pelo PMDB, João Thomé Mestrinho, concorreu como suplente de senador de seu pai, Gilberto Mestrinho, que foi eleito. Dos sete que procuraram renovar seus mandatos, cinco conseguiram.

Foram barrados nas urnas Alzira Ewerton (PSDB), que disputava seu 2º mandato, e Euler Ribeiro (PFL), ex-relator da reforma da Previdência e que disputava o seu 3º mandato. Suas vagas e a de José Thomé Mestrinho fo-

ram ocupadas por Vanessa Graziotin (PC do B), vereadora, Francisco Garcia (PFL), presidente da Federação das Indústrias, e Silas Câmara (PL), produtor de espetáculos. Dos novos parlamentares eleitos no Estado, Vanessa Graziotin foi a mais votada, com 64.406 votos. Foram reeleitos Arthur Virgílio (PSDB), ex-prefeito de Manaus e forte aliado do presidente Fernando Henrique, Átila Lins (PFL), integrante da bancada saúde, José Melo (PFL), integrante da bancada educação, Luiz Fernando (PPB), 2º mandato federal, e Pauderney Avelino (PFL), empresário da construção civil.

Em termos partidários, o PFL man-

teve seu atual número de representantes e o PSDB perdeu um. Enquanto o PMDB não reelegeu o seu único deputado federal no Estado, o PL e o PC do B, ambos sem representação atual, elegeram um parlamentar cada.

Dos deputados eleitos, nenhum atingiu o quociente eleitoral, que foi de 121.228. O deputado mais votado no Estado, José Melo (PFL), obteve 93.537, uma diferença de 27.691 em relação aquele quociente. O número de votos brancos, nulos e abstenções somou 511.775 ao passo que o total de votos dos deputados eleitos foi de 504.129.

Confira a seguir a nova composição:

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Artur Virgílio Neto	PSDB	73.783	Diplomata	Reeleito
Átila Lins	PFL	48.638	Servidor público	Reeleito
Francisco Garcia	PFL	62.211	Empresário	Novo
José Melo	PFL	93.537	Professor	Reeleito
Luiz Fernando	PPB	64.100	Médico	Reeleito
Pauderney Avelino	PFL	59.027	Empresário	Reeleito
Silas Câmara	PL	38.427	Empresário	Novo
Vanessa Graziotin	PC do B	64.406	Farmacêutica	Nova

Ficha eleitoral

Eleitores: 1.368.084
 Votos brancos: 59.785
 Votos nulos: 53.733
 Abstenções: 398.257
 Candidatos à reeleição: 7
 Reeleitos: 5
 Votação total dos eleitos: . 504.129
 Índice de renovação: 37,5%
 Quociente eleitoral: 121.228

BAHIA

A bancada da Bahia chegará à próxima legislatura renovada em 30,76% contra o índice de 43,89% registrado na eleição de 1994. Dos 39 deputados do Estado, 36 tentaram a reeleição, mas apenas 27 foram reconduzidos. Os deputados Alcides Modesto, do PT, Roberto Santos, do PSDB, e Jonival Lucas, do PFL, não só desistiram da reeleição como não concorreram a nenhum cargo. O deputado de nome Jonival Lucas, eleito pelo PPB, é filho do atual deputado Jonival Lucas do PFL.

A maioria dos deputados da Bahia barrados nas urnas vão fazer falta no Parlamento, principalmente por terem se tornado lideranças de peso dentro da Câmara, como é o caso do atual vice-líder do PPS, deputado Colbert Martins, que estreou naquela Casa com desenvoltura de veterano e revelou grande capacidade de articulação e negociação; o deputado Domingos Leonelli, bom articulador e um dos quadros mais experientes do PSB; o deputado Prisco Viana, do PPB, que, em seu sétimo mandato, demonstrou independência e autonomia em relação ao governo na apreciação da reforma administrativa, da qual foi relator na Comissão de Justiça; e o deputado Sérgio Carneiro, atual vice-líder do PDT, apontado pelo DIAP como um dos "cabeças do Congresso" por sua sensibilidade social e capacidade de iniciativa. Também não se reelegeram os deputados Luiz Alberto, do PT; Luiz Braga, do PFL; Nestor Duarte, do PSDB; Simara Ellery, do PMDB; e Severiano Alves, do PDT.

Dos doze novos deputados federais eleitos na Bahia, apenas os deputados Gerson Gabrielli e Paulo Braga - irmão do atual deputado federal Luiz Braga -, do PFL, e Jonival Lucas, do PPB, não possuem experiência política ou administrativa. Os demais escolhidos pelas urnas do Estado foram os seguintes: Paulo Magalhães, do PFL, atual deputado estadual, sobrinho do senador Antônio Carlos; José Ronaldo, do PFL, atual deputado estadual; Nelson Pelegrino, do PT, atual deputado estadual; Waldir Pires, do PT, ex-governador, ex-deputado federal e um provável integrante do grupo de parlamentares mais influentes do Congresso; Nilo Coelho, do PSDB, ex-governador; Francistonio Pinto, do PMDB, ex-prefeito de Teixeira de Freitas; Jutahy Magalhães

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Aroldo Cedraz	PFL	71.721	Médico	Reeleito
Benito Gama	PFL	92.451	Economista	Reeleito
Cláudio Cajado	PFL	83.047	Administrador	Reeleito
Coriolano Sales	PDT	41.455	Advogado	Reeleito
Eraldo Tinoco	PFL	150.162	Administrador	Reeleito
Eujácio Simões	PL	72.955	Arquiteto	Reeleito
Felix Mendonça	PTB	113.760	Empresário	Reeleito
Francistonio Pinto	PMDB	52.452	Empresário	Novo
Geddel Vieira. Lima	PMDB	118.881	Empresário	Reeleito
Geraldo Simões	PT	42.566	Técnico em Agronomia	Novo
Gerson Gabrielli	PFL	57.359	Comerciante	Novo
Haroldo Lima	PC do B	44.493	Engenheiro	Reeleito
Jaime Fernandes	PFL	42.383	Empresário	Reeleito
Jairo Azi	PFL	114.164	Empresário	Reeleito
Jairo Carneiro	PFL	62.926	Advogado	Reeleito
Jaques Wagner	PT	51.149	Técnico industrial	Reeleito
João Almeida	PSDB	46.172	Empresário	Reeleito
João Leão	PSDB	64.744	Empresário	Reeleito
Jonival Lucas	PPB	71.242	Economista	Novo
Jorge Khoury	PFL	82.350	Engenheiro	Reeleito
José C. Aleluia	PFL	102.942	Engenheiro	Reeleito
José Lourenço	PFL	51.015	Empresário e economista	Reeleito
José Rocha	PFL	93.394	Médico	Reeleito
José Ronaldo	PFL	149.639	Administrador	Novo
Jutahy M. Júnior	PSDB	46.809	Advogado	Novo
Leur Lomanto	PFL	70.035	Advogado	Reeleito
Luiz Moreira	PFL	71.307	Empresário	Reeleito
Manoel Castro	PFL	53.220	Economista	Reeleito
Mário Negromonte	PSDB	45.762	Engenheiro	Reeleito
Nelson Pelegrino	PT	109.654	Advogado	Novo
Nilo Coelho	PSDB	74.308	Empresário	Novo
Paulo Braga	PFL	58.388	Comerciante	Novo
Paulo Magalhães	PFL	192.989	Empresário	Novo
Pedro Irujo	PMDB	92.819	Empresário	Reeleito
Roland Lavigne	PFL	58.827	Médico	Reeleito
Saulo Pedrosa	PSDB	37.664	Médico	Novo
Ursicino Queiroz	PFL	68.706	Médico	Reeleito
Waldir Pires	PT	84.034	Advogado	Novo
Walter Pinheiro	PT	45.585	Técnico em telecomunicações	Reeleito

Júnior, do PSDB, ex-deputado federal; Geraldo Simões, do PT, ex-prefeito de Itabuna; e Saulo Pedrosa, do PSDB, ex-prefeito de Barreiras.

O deputado Paulo Magalhães foi o deputado mais votado da Bahia, reunindo 192.989 votos em torno de sua candidatura. É a maior prova de que o povo baiano o escolheu como herdeiro político dos votos do deputado Luis Eduardo Magalhães, morto em abril deste ano. Outros seis deputados conseguiram votação superior a 100 mil eleitores e atingiram o quociente eleitoral que, na Bahia, ficou em 106.508 votos: Eraldo Tinoco, José Ronaldo, Jairo Azi, do PFL; Geddel Vieira Lima, do PMDB; Félix Mendonça, do PTB; e Nelson Pellegrino, do PT.

No que se refere à composição partidária, o PFL continua sendo o maior par-

tido da bancada baiana, confirmando sua hegemonia no Estado, tendo conquistado mais duas cadeiras, passando de 18 para 20 representantes. O PSDB aparece em segundo lugar com um deputado a mais em relação à bancada atual. Agora são seis tucanos na representação da Bahia. O PT também conseguiu mais uma cadeira, ficando com cinco deputados. O PMDB manteve suas três vagas. O PDT perdeu duas vagas, tendo como único representante o deputado reeleito Coriolano Sales. PTB, PPB, PL e PC do B ficaram com um representante cada. O PPS e o PSB que, atualmente, têm representação na bancada baiana, não conseguiram eleger deputados para a próxima legislatura.

O eleitorado da Bahia surpreendeu pelo alto índice de abstenção, 31,83%, um dos

mais altos do País. O número de votos brancos e nulos também atingiu um percentual expressivo, cerca de 15,79% dos eleitores.

Ficha eleitoral

Eleitores: 7.932.228
 Votos brancos: 616.306
 Votos nulos: 636.558
 Abstenções: 2.525.450
 Candidatos à reeleição: 36
 Reeleitos: 27
 Votação total dos eleitos: 2.983.529
 Índice de renovação: 30,76%
Quociente eleitoral: 106.508

CEARÁ

A bancada da Câmara Federal do Ceará vem renovada em 45,45% para a próxima legislatura contra o índice de 72,72%, registrada em 1994. Dos 22 deputados atuais, 18 tentaram a reeleição, mas apenas 12 foram reconduzidos, enquanto dois desistiram de disputar qualquer cargo, Antônio dos Santos (PFL) e Firmo de Castro (PSDB). O deputado Gonzaga Mota (PMDB) disputou o governo do Estado e Paes de Andrade (PMDB) concorreu ao Senado, ambos derrotados por Tasso Jereissati e Luiz Pontes, respectivamente.

Foram reconduzidos à Câmara dos Deputados Aníbal Gomes (PSDB), eleito para o 2º mandato, ex-prefeito de Acaraú, CE; Ariosto Holanda (PSDB), engenheiro civil, exercerá seu 3º mandato; Arnon Bezerra (PSDB), eleito para o seu 2º mandato, é sobrinho do ex-governador Adatao Pereira; Inácio Arruda (PC do B), nota 10 do DIAP no *Quem foi Quem nas Reformas Constitucionais*, reeleito para o seu 2º mandato com expressiva votação; José Linhares (PPB), vai para o 3º mandato; José Pimentel (PT), bancário, nota 10 do DIAP, reeleito para o seu 2º mandato; Marcelo Teixeira (PMDB), exercerá seu 2º mandato, ex-vice-prefeito de Fortaleza (1984-87); Pinheiro Landim (PMDB), empresário, atua na bancada ruralista, vai para o seu 3º mandato; Roberto Pessoa (PFL), ex-presidente da Federação das Indústrias do Estado, exercerá seu 2º mandato; Rommel Feijó (PSDB), médico e administrador hospitalar, exercerá seu 2º mandato; Ubiratan Aguiar (PSDB), professor e advogado, 1º Secretário da Mesa da Câmara, vai para o seu 4º mandato; e Vicente Arruda (PSDB), jornalista e advogado, integrante de família influente na política cearense, exercerá seu 2º mandato.

Dentre os novos deputados eleitos destacamos Moroni Torgan (PSDB), vice-governador na atual gestão do governador reeleito, Tasso Jereissati; Leonardo Alcântara (PSDB), filho do senador Lúcio Alcântara (PSDB); Antônio Cambraia

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Adolfo Marinho	PSDB	71.493	Aposentado	Novo
Almeida de Jesus	PMDB	64.275	Servidor público	Novo
Aníbal Gomes	PSDB	91.900	Servidor público	Reeleito
Antônio Cambraia	PMDB	96.971	Economista	Novo
Ariosto Holanda	PSDB	56.262	Professor	Reeleito
Arnon Bezerra	PSDB	66.373	Médico	Reeleito
Eunício Oliveira	PMDB	111.891	Empresário	Novo
Francisco Feitosa	PSDB	116.476	Empresário	Novo
Inácio Arruda	PC do B	124.356	Servidor Público	Reeleito
José Linhares	PPB	77.045	Professor	Reeleito
José Pimentel	PT	59.371	Bancário	Reeleito
Leonardo Alcântara	PSDB	92.003	Estudante	Novo
Manoel Salviano	PSDB	63.181	Médico	Novo
Marcelo Teixeira	PMDB	92.269	Professor	Reeleito
Moroni Torgan	PSDB	74.199	Advogado	Novo
Pinheiro Landim	PMDB	74.099	Empresário	Reeleito
Raimundo Matos	PSDB	73.850	Médico	Novo
Roberto Pessoa	PFL	76.246	Empresário	Reeleito
Rommel Feijó	PSDB	66.959	Médico	Reeleito
Sérgio Novais	PSB	43.784	Engenheiro	Novo
Ubiratan Aguiar	PSDB	88.216	Advogado	Reeleito
Vicente Arruda	PSDB	75.018	Advogado	Reeleito

(PMDB), empresário e ex-prefeito de Fortaleza; e Eunício de Oliveira (PMDB), empresário, genro de Paes de Andrade.

Os eleitores mandaram de volta para casa os deputados Antônio Balhmann (PPS), Edson Silva (PSDB), Leônidas Cristino (PPS), Nelson Otoch (PSDB), Paulo Lustosa (PMDB) e Pimentel Gomes (PPS).

A nova composição partidária é a seguinte: PSDB, 12; PMDB, 5; PC do B, 1; PFL, 1; PPB, 1; PSB, 1; PT, 1. A supremacia do PSDB no Ceará é explicada devido à forte influência que o atual governador reeleito, Tasso Jereissati, tem no Estado. Jereissati é, literalmente, um puxador de votos.

Os deputados eleitos somaram 1.756.237 votos, o que representa 40,82% do total de eleitores. Os votos brancos, nu-

los e abstenções chegaram ao incrível número de 1.641.292. A diferença entre os votos válidos e os não válidos foi pouco mais de 114 mil votos. Um dado interessante é que apenas o deputado Inácio Arruda atingiu o quociente eleitoral, o que lhe garantiria a reeleição independente da coligação.

Ficha eleitoral

Eleitores: 4.301.930
 Votos brancos: 335.813
 Votos nulos: 304.760
 Abstenções: 1.000.619
 Candidatos à reeleição: 18
 Reeleitos: 12
 Votação total dos eleitos: . 1.756.237
 Índice de renovação: 45,45%
Quociente eleitoral: 120.903

DISTRITO FEDERAL

Com uma renovação de 62,5%, a bancada do Distrito Federal na Câmara dos Deputados apresenta uma composição equilibrada no que diz respeito às principais frentes partidárias formadas para concorrer ao pleito de 1998. Da *Frente Comunidade Unida*, que reuniu o PMDB, PPB, PST, PRN, PSD, PRP, Prona e PT do B, os eleitores brasilienses escolheram os deputados Wigberto Tartuce (PPB), Tadeu Filippelli (PMDB) e Jofran Frejat (PPB). Já a *Frente Brasília Popular*, composta pelos partidos de oposição ao governo Fernando Henrique Cardoso – PT, PC do B, PDT, PSB, PCB, PSN, PMN e PV – terá como representantes os deputados Agnelo Queiroz (PC do B), Geraldo Magela (PT) e Pedro Celso (PT). As duas outras vagas foram preenchidas pelos deputados Paulo Octávio (PFL) e Maria de Lourdes Abadia (PSDB), ambos da *Frente Governo 24 Horas*.

Dos oito deputados federais do Distrito Federal, seis estavam concorrendo à reeleição. Wigberto Tartuce, Agnelo Queiroz e Jofran Frejat foram os três deputados reeleitos no Distrito Federal. Os deputados Chico Vigilante, Maria Laura e Osório Adriano não conseguiram renovar seus mandatos. O deputado Benedito Domingos (PPB) foi eleito vice-

governador na chapa encabeçada por Joaquim Roriz. Augusto Carvalho tentou o Senado.

Os novos eleitos, todos com experiência política, elevaram a taxa de renovação da bancada do Distrito Federal, chegando ao mesmo patamar da eleição de 1990, 62,5%. Em 1994, a renovação foi de apenas 25%. Os representantes do Distrito Federal na Câmara dos Deputados são os seguintes:

Dos três deputados reeleitos no Distrito Federal, Wigberto Tartuce foi o que teve melhor desempenho nas urnas, com 96.405 votos. Repetindo a estratégia adotada em 1994, Tartuce, que é empresário da construção civil, promoveu vários comícios com a presença de duplas sertanejas durante a campanha eleitoral, além do uso intensivo da rádio de sua propriedade. Os outros deputados reeleitos Jofran Frejat – terceiro mais votado – e Agnelo Queiroz – quinto mais votado – renovaram seus mandatos com 80.389 e 65.785 votos, respectivamente. Porém, nem mesmo o mais votado na capital federal atingiu o quociente eleitoral de 124.872 votos.

Entre os novos, três são deputados distritais, Pedro Celso, que passou quase todo o mandato licenciado para assu-

mir a Secretaria do Trabalho do DF, quando criou três projetos para geração de empregos; Tadeu Filippelli, que coordenou o programa de cadastramento e distribuição de lotes no governo de Joaquim Roriz; e Geraldo Magela, que, além de ter presidido a Câmara Legislativa em 1995 e 1996, foi também secretário de habitação do governo Cristovam Buarque.

Os outros dois novos deputados que compõem a bancada do Distrito Federal na Câmara, Maria de Lourdes Abadia e Paulo Octávio também possuem experiência política. Maria de Lourdes foi deputada federal, deputada distrital e secretária de Turismo no Governo de Cristovam Buarque. Paulo Octávio foi deputado federal entre 1990 e 1994.

Mesmo sendo a capital federal e considerada altamente politizada, o somatório de votos brancos, nulos e abstenções no Distrito Federal foi muito alto, 269.542. Isso representa 21,25% do eleitorado total. Mesmo com esse índice, se comparado aos demais estados brasileiros, o Distrito Federal é uma das localidades com a melhor relação entre representados e representantes: os deputados federais eleitos equivalem a 43,53% do eleitorado total.

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Agnelo Queiroz	PC do B	65.752	Médico	Reeleito
Geraldo Magela	PT	55.072	Bancário	Novo
Jofran Frejat	PPB	80.389	Médico	Reeleito
M ^a de Lourdes Abadia	PSDB	43.414	Assistente Social	Nova
Paulo Octávio	PFL	72.785	Empresário	Novo
Pedro Celso	PT	49.936	Rodoviário	Novo
Tadeu Filippelli	PMDB	88.247	Engenheiro	Novo
Wigberto Tartuce	PPB	96.405	Empresário	Reeleito

Ficha eleitoral

Eleitores:	1.267.925
Votos brancos:	41.447
Votos nulos:	31.678
Abstenções:	196.417
Candidatos à reeleição:	7
Reeleitos:	3
Votação total dos eleitos:	552.000
Índice de renovação:	62,5%
Quociente eleitoral:	124.872

ESPÍRITO SANTO

O Estado do Espírito Santo renovou sua bancada em 50%, índice menor que o da eleição de 1994 quando ocorreu a substituição de 70% dos deputados federais. O perfil da bancada permanece essencialmente governista, tendo em vista a recondução de vários parlamentares e também de novos que apoiam o governo federal.

Dos 10 representantes da bancada, todos se candidataram à reeleição. Entretanto, somente os deputados Feu Rosa (PSDB), 2º mandato federal, João Coser (PT), ex-presidente do Sindicato dos Comerciantes do Estado do Espírito Santo, Marcus Vicente (PSDB), eleito suplente na legislatura passada e efetivado em janeiro de 1997, Nilton Baiano (PPB), ex-presidente do Sindicato dos Médicos, e Rita

Camata (PMDB), nota 10 no *Quem foi Quem nas Reformas Constitucionais* editado pelo DIAP, conseguiram a aprovação das urnas. Os deputados Adelson Salvador, (PMDB), Etevalda Grassi de Menezes (PMDB), Luiz Buaziz (PL), Luiz Durão (PFL) e Roberto Valadão (PMDB) não tiveram êxito nas urnas. Entre os partidos, o PMDB teve uma redução drástica, passando de quatro para apenas um representante. Já o PTB, que não possui nenhum representante capixaba, terá, a partir de 1999, três deputados federais.

Entre os novos deputados eleitos, Ricardo Ferraço, atual deputado estadual e filho do prefeito de Cachoeiro de Itapermirim, teve a maior votação no Estado, superando vários políticos experi-

entes. Foram eleitos também o diplomata José Carlos Fonseca Júnior, filho do ex-deputado José Carlos Fonseca e ex-chefe de gabinete do ministro Pedro Malan, o evangélico e deputado estadual Magno Malta, o ex-governador Max Mauro e o bancário José Carlos Elias, ex-prefeito de Linhares.

A principal novidade da eleição capixaba é, de fato, o fraco desempenho do PMDB, que tanto na eleição proporcional como na majoritária sofreu uma derrota de grande proporção. Houve também um expressivo percentual de eleitores que preferiram anular, deixar em branco ou se abster de votar: 36,81%. Entre os deputados eleitos nenhum conseguiu atingir o quociente eleitoral que ficou em 121.121 votos.

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Feu Rosa	PSDB	40.230	Engenheiro	Reeleito
João Coser	PT	48.603	Comerciário	Reeleito
José Carlos Elias	PTB	63.868	Bancário	Novo
José Carlos Fonseca	PFL	49.061	Diplomata	Novo
Magno Malta	PTB	54.754	Radialista e pastor	Novo
Marcus Vicente	PSDB	45.281	Advogado	Reeleito
Max Mauro	PTB	59.706	Médico	Novo
Nilton Baiano	PPB	50.152	Médico	Reeleito
Ricardo Ferraço	PSDB	75.241	Empresário	Novo
Rita Camata	PMDB	72.706	Jornalista	Reeleita

Ficha eleitoral

Eleitores:	1.916.884
Votos brancos:	165.690
Votos nulos:	122.275
Abstenções:	417.707
Candidatos à reeleição:	10
Reeleitos:	5
Votação total dos eleitos: ..	559.602
Índice de renovação:	50%
Quociente eleitoral:	121.121

GOIÁS

Com a maior bancada da região Centro-Oeste, o Estado de Goiás está representado na Câmara dos Deputados por 17 deputados. Neste pleito, a renovação da bancada foi de 52,94%, menor índice em relação às eleições de 1994 (64,70%) e 1990 (58,82%). Da bancada atual, 14 deputados tentaram renovar seus mandatos, mas apenas nove lograram êxito nessa empreitada; um, o deputado Marconi Perillo (PSDB), concorreu ao governo do Estado e foi eleito governador; e dois, Rubens Cosac (PMDB) e Sandro Mabel (PMDB), desistiram de disputar qualquer cargo nestas eleições.

Renovaram seus mandatos os deputados Barbosa Neto (PMDB), ligado ao setor de empresas de transportes coletivos e empreiteiras, Jovair Arantes (PSDB), ex-vice-prefeito de Goiânia, Lídia Quinan (PMDB), empresária e enfermeira, Nair Xavier Lobo (PMDB), advogada, Pedro Wilson (PT), fundador do PT em Goiás, Roberto Balestra (PPB), industrial e agropecuarista, Vilmar Rocha (PFL), relator da lei de imprensa na Câmara, e Zé Gomes da Rocha (PSD), defensor dos interesses do setor agrícola.

Não foram reeleitos os deputados Aldo Arantes (PC do B), Carlos Mendes (PMDB), Maria Valadão (PTB), Orcino Gonçalves (PMDB) e Pedro Abrão (PTB).

O quadro partidário não se alterou em relação às eleições passadas. Com a supremacia do PMDB, que aumentou uma cadeira em relação ao pleito de 1994. A distribuição das vagas entre os demais partidos ficou assim: 2 para o PFL, 2 para o PL, 2 para o PSDB, 1 para o PT, 1 para o PPB, e 1 para o PSD. Assim, o per-

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Barbosa Neto	PMDB	74.794	Servidor público	Reeleito
Euler Moraes	PMDB	77.268	Economista	Novo
Geovan Freitas	PL	69.939	Advogado	Novo
Jovair Arantes	PSDB	56.427	Empresário	Reeleito
Juquinha	PMDB	83.221	Engenheiro	Novo
Lídia Quinan	PMDB	120.705	Empresária	Reeleita
Lúcia Vânia	PSDB	69.716	Jornalista	Nova
Luiz Bittencourt	PMDB	61.510	Engenheiro	Novo
Nair Xavier Lobo	PMDB	56.338	Advogada	Reeleita
Norberto Teixeira	PMDB	59.753	Empresário	Novo
Pedro Canedo	PL	61.297	Empresário	Reeleito
Pedro Chaves	PMDB	57.317	Engenheiro	Novo
Pedro Wilson	PT	61.623	Advogado	Reeleito
Roberto Balestra	PPB	51.514	Empresário	Reeleito
Ronaldo Caiado	PFL	100.446	Empresário rural	Novo
Vilmar Rocha	PFL	41.700	Advogado	Reeleito
Zé Gomes da Rocha	PSD	55.133	Empresário rural	Reeleito

fil político da bancada permanece como está, governista. Houve um decréscimo da esquerda no Estado com a não reeleição do deputado Aldo Arantes (PC do B), o que certamente empobrecerá o debate no Congresso Nacional.

O total de votos atribuídos aos deputados atingiu 39,2% do eleitorado, enquanto os votos nulos, brancos e abstenções ficaram em 45,6%. No Estado de Goiás, somente a deputada Lídia Quinan (PMDB) conseguiu obter o número de votos exigidos pelo quociente eleitoral: 109.082

Ficha eleitoral

Eleitores:	2.948.932
Votos brancos:	250.301
Votos nulos:	237.197
Abstenções:	607.038
Candidatos à reeleição:	14
Reeleitos:	9
Votação total dos eleitos: ..	1.158.701
Índice de renovação:	52,94%
Quociente eleitoral:	109.082

MARANHÃO

A bancada do Maranhão na Câmara dos Deputados é composta por 18 deputados e foi renovada em 38,88%, índice inferior ao verificado nas eleições de 1994 que foi de 61,11%. Dos atuais deputados, 15 tentaram a reeleição, dois disputaram uma vaga para o Senado, e um tentou uma vaga de deputado estadual.

Dos 15 deputados que buscaram a reeleição, 11 retornarão para a Câmara e três não conseguiram renovar seus mandatos. Foram barrados nas urnas os deputados Antônio Joaquim Araújo (PL), Jayme Santana (PSDB) e Magno Bacelar (PFL). O dep. Davi Alves Silva (PPB) foi assassinado na véspera da eleição. O deputado João Alberto (PMDB) foi eleito para o Senado, derrotando o candidato e atual deputado pelo PT, Haroldo Sabóia. Márcia Marinho (PSDB), que concorria a uma vaga na Assembléia Legislativa do Estado, não conseguiu se eleger. A coligação "Maranhão Muito Mais", que apoiou a candidatura de Roseana Sarney ao governo do Estado e é formada pelo PSC, PL, PFL, PMDB, PSDC, PRTB, PSD, PRP e PC do B, elegeu 13 deputados federais, o que significa 72,22%.

Dos 7 novos deputados eleitos, apenas três são realmente novatos no Congresso Nacional: Nice Lobão (PFL), mulher do atual senador e ex-

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Albérico Filho	PMDB	37.740	Servidor público	Novo
César Bandeira	PFL	42.891	Engenheiro	Reeleito
Costa Ferreira	PFL	37.912	Advogado	Novo
Eliseu Moura	PL	47.748	Empresário	Reeleito
Francisco Coelho	PFL	62.395	Empresário	Reeleito
Gastão Vieira	PMDB	76.801	Economista	Reeleito
João Castelo	PSDB	96.534	Advogado	Novo
José Antônio Almeida	PSB	39.512	Advogado	Novo
Mauro Fecury	PFL	63.306	Engenheiro	Reeleito
Neiva Moreira	PDT	51.288	Jornalista	Reeleito
Nice Lobão	PFL	91.104	Servidora pública	Nova
Paulo Marinho	PSC	48.642	Advogado	Novo
Pedro Fernandes	PSD	64.771	Engenheiro	Novo
Pedro Novais	PMDB	44.948	Advogado	Reeleito
Remi Trinta	PL	45.307	Empresário	Reeleito
Roberto Rocha	PSDB	78.483	Advogado	Reeleito
Sarney Filho	PFL	96.212	Advogado	Reeleito
Sebastião Madeira	PSDB	38.932	Médico e empresário	Reeleito

governador do Estado Edson Lobão, o advogado José Antônio Almeida (PSB) e o engenheiro e atual vereador Pedro Fernandes (PSD). Os demais já estiveram no Congresso em legislaturas anteriores como é o caso dos deputados João Castelo e Paulo Marinho.

Costa Ferreira (PFL) e Albérico Filho (PMDB), que retornam à Câmara Federal como titulares, assumiram algumas vezes o mandato de deputado federal na legislatura 1995-1998, pois são suplentes de deputados.

Entre os deputados eleitos somente Sarney Filho e João Castelo atingiram o quociente eleitoral do Estado

definido em 85.540 votos. Nas eleições proporcionais, os votos nulos, brancos e abstenções seguiram o alto índice também presente nos cargos majoritários: 48,41% do eleitorado.

Ficha eleitoral

Eleitores:	2.987.283
Votos brancos:	288.904
Votos nulos:	232.061
Abstenções:	925.343
Candidatos à reeleição:	15
Reeleitos:	11
Votação total dos eleitos: ..	1.064.526
Índice de renovação:	38,88%
Quociente eleitoral:	85.540

MINAS GERAIS

O Estado de Minas Gerais sofreu uma renovação de 39,62%, próximo da média geral da Câmara dos Deputados que ficou em 43%. A segunda maior bancada do País, com 53 deputados, vem, desde o início da década de 90, diminuindo sensivelmente a taxa de renovação de seus membros, já que, em 1990, foi 54,7% e, em 1994, 45,2%.

Os deputados eleitos totalizaram 4.276.370 votos, o equivalente a 36,19% do eleitorado total. O somatório de votos brancos, nulos e abstenções foi de 4.603.590. Somente três deputados atingiram o quociente eleitoral no Estado: Aécio Neves, Cabo Jú-

lio e Zezé Perrela.

Em relação aos atuais deputados, somente a deputada Sandra Starling (PT) desistiu de concorrer à reeleição. Os demais tentaram renovar seus mandatos. Destes, 19 foram barrados pelos eleitores. No caso dos parlamentares da base governista destacam-se os deputados Bonifácio de Andrada, Elias Murad, Genésio Bernardino, Israel Pinheiro, José Santana de Vasconcellos, Neif Jabur, Raul Belém, Ronaldo Perim e o líder do PTB na Câmara, Paulo Heslander. Na oposição, os deputados Silvio Abreu (PDT) e Joana D'Arc (PT)

também ficaram fora da Câmara.

Em 1999, estarão de volta 32 deputados federais. O líder do PSDB na Câmara, Aécio Neves, que atingiu uma votação expressiva, deverá de novo ocupar um lugar relevante na condução dos trabalhos legislativos. Os deputados Danilo de Castro, Eliseu Resende, Ibrahim Abi-Ackel, Odélmo Leão, Osmânio Pereira e Roberto Brant continuarão apoiando a agenda governamental. Na oposição, foram aprovados pelas urnas os deputados João Farsarella, Nilmário Miranda, Paulo Delgado, Sérgio Miranda, Tilden Santiago e também Zaire Rezende, que é con-

siderado independente no PMDB.

O perfil da bancada como um todo permanece majoritariamente conservador. A mudança mais substancial foi o crescimento dos representantes do PSDB e a diminuição da bancada do PMDB, seguindo de perto a tendência nacional nas eleições de 1998. Em termos partidários, o PSDB elegeu 14 deputados; o PMDB, 9; o PFL, 8; o PPB e o PT, 7; o PL, 3; o PTB, 2; e o PDT, PC do B e o PST, 1.

Entre os novos deputados eleitos, a maior surpresa foi a significativa votação dos candidatos Cabo Júlio, Zezé Perrella e Maria do Carmo Lara, superando inclusive experientes parlamentares mineiros. Somente Maria do Carmo possui experiência no Executivo, adquirida quando foi prefeita de Betim (1992-96). Já o Cabo Júlio garantiu a aprovação dos eleitores a partir de sua liderança na greve da polícia militar no ano passado. Zezé Perrella, empresário, ocupa a presidência do Cruzeiro Esporte Clube e obteve muitos votos por sua administração do time mineiro. Outra peculiaridade das urnas foi a eleição do pastor Lincoln Portela que, com o apoio da Igreja Universal e do seu trabalho no telejornal local da rede Record, chegou aos 100 mil votos.

Além disso, foram eleitos a esposa de Newton Cardoso, ex-prefeito de Contagem e vice na coligação vitoriosa encabeçada por Itamar Franco, Maria Lúcia Cardoso, o ex-deputado federal constituinte e ex-prefeito de Belo Horizonte, Pimenta da Veiga, o deputado estadual e presidente da Assembleia Legislativa, Romeu Queiroz, o ex-deputado federal e economista, Virgílio Guimarães e o ex-vice-governador e ex-secretário de Educação, Walfrido Mares Guia.

Ficha eleitoral

Eleitores:	11.815.183
Votos brancos:	1.185.998
Votos nulos:	1.068.366
Abstenções:	2.349.226
Candidatos à reeleição:	52
Reeleitos:	32
Votação total dos eleitos:	4.276.370
Índice de renovação:	39,62%
Quociente eleitoral:	136.067

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Ademir Lucas	PSDB	61.049	Advogado	Reeleito
Aécio Neves	PSDB	185.051	Economista	Reeleito
Antônio do Valle	PMDB	48.168	Advogado e contador	Reeleito
Aracely de Paula	PFL	68.068	Empresário	Reeleito
Cabo Júlio	PL	217.087	Policial militar	Novo
Carlos Melles	PFL	90.643	Empresário	Reeleito
Carlos Mosconi	PSDB	80.972	Médico	Reeleito
Cleuber Carneiro	PFL	62.083	Advogado	Novo
Custódio Matos	PSDB	85.863	Servidor público	Novo
Daniilo de Castro	PSDB	115.429	Economista	Reeleito
Edmar Moreira	PPB	54.024	Empresário	Novo
Eduardo Barbosa	PSDB	64.871	Empresário	Reeleito
Eliseu Resende	PFL	128.146	Engenheiro	Reeleito
Fernando Diniz	PMDB	70.104	Empresário	Reeleito
Gilmar Machado	PT	39.863	Professor	Novo
Glycon Júnior	PL	48.661	Empresário	Novo
Hélio Costa	PFL	79.035	Jornalista	Novo
Herculano Anghinetti	PPB	53.757	Empresário	Reeleito
Ibrahim Abi-Ackel	PPB	65.884	Advogado	Reeleito
Jaime Martins	PFL	74.798	Empresário	Reeleito
João Fassarella	PT	42.198	Professor	Reeleito
João Magalhães	PMDB	59.398	Empresário	Reeleito
José Militão	PSDB	62.975	Advogado e funcionário público	Novo
Lael Varella	PFL	71.463	Empresário	Reeleito
Lincoln Portela	PST	42.711	Pastor	Novo
Márcio Reinaldo	PPB	97.033	Economista	Reeleito
Maria do Carmo Lara	PT	135.324	Professora e psicóloga	Nova
Maria Elvira	PMDB	112.761	Professora	Reeleita
Maria Lúcia Cardoso	PMDB	111.196	Empresária	Nova
Mário de Oliveira	PPB	80.404	Pastor	Reeleito
Mauro Lopes	PMDB	72.559	Advogado	Reeleito
Nárcio Rodrigues	PSDB	67.291	Jornalista	Novo
Nilmário Miranda	PT	45.803	Jornalista	Reeleito
Odelmo Leão	PPB	94.378	Empresário	Reeleito
Olimpio Pires Guerra	PDT	62.322	Comerciante	Novo
Osmânio Pereira	PSDB	107.296	Advogado	Reeleito
Paulo Delgado	PT	60.204	Sociólogo	Reeleito
Philemon Rodrigues	PTB	58.953	Pastor	Reeleito
Pimenta da Veiga	PSDB	69.319	Advogado	Novo
Rafael Guerra	PSDB	80.782	Médico	Novo
Roberto Brant	PSDB	71.778	Advogado	Reeleito
Romão	PPB	56.499	Empresário	Novo
Romeu Queiroz	PSDB	123.086	Advogado	Novo
Ronaldo Vasconcelos	PL	47.915	Empresário e engenheiro	Novo
Saraiva Felipe	PMDB	84.034	Médico	Reeleito
Sérgio Miranda	PC do B	40.162	Professor	Reeleito
Silas Brasileiro	PMDB	47.073	Empresário	Reeleito
Tilden Santiago	PT	37.854	Jornalista	Reeleito
Virgílio Guimarães	PT	70.194	Economista	Novo
Vittorio Medioli	PSDB	80.763	Empresário	Reeleito
Walfrido Mares Guia	PTB	131.776	Engenheiro	Novo
Zaire Rezende	PMDB	71.763	Empresário	Reeleito
Zezé Perrella	PFL	185.547	Empresário	Novo

MATO GROSSO

A exemplo de outros Estados, a banca federal de Mato Grosso sofreu uma renovação substancialmente menor do que nas duas últimas eleições. Em 1998, apenas 37,5% das cadeiras foram renovadas, enquanto em 1994 esse índice alcançou 62,5%.

Dos oito deputados federais, apenas dois se candidataram a outros cargos: o dep. Gilney Viana (PT), o primeiro deputado petista eleito em Mato Grosso, concorreu a uma vaga da Assembleia Legislativa e o dep. Rodrigues Palma (PTB), três vezes deputado federal, foi candidato a vice-governador. Os demais tentaram a reeleição e apenas o empresário e dep. Rogério Silva (PFL) não conseguiu a renovação de seu mandato.

Entre os novos deputados eleitos, consta o radialista e vereador Lino Rossi (PSDB), que foi um dos campeões de voto no Estado, ficando atrás somente do atual deputado federal Welinton Fagundes, que exercerá seu 3º mandato federal. Também foram eleitos a esposa do senador Jonas Pinheiro (PFL), Celcita Pinheiro (PFL) e o deputado es-

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Antonio Joaquim	PSDB	48.126	Administrador	Reeleito
Celcita Pinheiro	PFL	51.586	Professora	Nova
Lino Rossi	PSDB	78.434	Radialista	Novo
Murilo Domingos	PTB	51.680	Empresário	Reeleito
Pedro Henry	PSDB	71.348	Médico	Reeleito
Teté Bezerra	PMDB	42.592	Empresária e enfermeira	Reeleita
Welinton Fagundes	PL	81.626	Comerciante	Reeleito
Wilson Santos	PMDB	43.054	Professor	Novo

tadual Wilson Santos (PMDB).

Nenhum dos deputados eleitos atingiu o quociente eleitoral: 102.674. O deputado mais votado, Welinton Fagundes, obteve 81.626 votos. Todos os deputados juntos obtiveram 468.446 votos, ao passo que o somatório de votos brancos, nulos e abstenções foi de 695.052. Portanto, os deputados eleitos do Mato Grosso do Sul representam apenas 30,89% dos seus eleitores.

Na composição partidária da banca, somente o PSDB conseguiu um pequeno crescimento passando de dois para três deputados. A esquerda ficou prejudicada com a desistência do depu-

tado Gilney Viana e não conseguiu eleger nenhum deputado.

Ficha eleitoral

Eleitores:	1.516.451
Votos brancos:	121.322
Votos nulos:	134.240
Abstenções:	439.490
Candidatos à reeleição:	6
Reeleitos:	5
Votação total dos eleitos:	468.446
Índice de renovação:	37,5%
Quociente eleitoral:	102.674

MATO GROSSO DO SUL

O Estado tem oito representantes na Câmara. Desse total, seis tentaram a reeleição, um desistiu de candidatar-se e outro concorreu ao Senado. Daqueles que tentaram a reeleição, apenas dois não conseguiram se reeleger: Marilu Guimarães (PFL) e Oscar Goldoni (PMDB). O candidato ao Senado, Saulo Queiroz (PFL), não teve votos suficientes para ocupar uma cadeira na Casa. Os que conseguiram a reeleição foram Marisa Serrano (PSDB), professora e eleita para seu 2º mandato federal, Marçal Filho (PSDB), radialista, eleito suplente na atual legislatura e efetivado em janeiro de 1997, Flávio Derzi (PPB), empresário rural e filho do ex-senador Saldanha Derzi e Nelson Trad (PTB), ex-deputado estadual e ligado ao grupo político do ex-governador Pedro Pedrossian.

Os novos deputados eleitos foram Ben Hur e João Grandão, ambos do PT, Moka (PFL) e Pepê (PMDB). Os mais bem votados no Estado foram Ben Hur e Moka, com 79.655 e 67.756 votos, respectivamente. Ben Hur foi deputado estadual e João

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Ben Hur	PT	79.655	Professor	Novo
Flávio Derzi	PPB	50.589	Empresário	Reeleito
João Grandão	PT	19.169	Advogado	Novo
Marçal Filho	PSDB	50.769	Advogado	Reeleito
Marisa Serrano	PSDB	54.537	Professora	Reeleita
Moka	PMDB	67.756	Médico	Novo
Nelson Trad	PTB	28.976	Advogado	Reeleito
Pepê	PFL	43.587	Comerciante	Novo

Grandão, vereador em Dourados.

Analisando-se a nova composição no Estado por representação partidária, o PT, que antes não tinha representantes, elegeu dois novos nomes. O PSDB e o PFL perderam uma vaga cada. Os demais partidos mantiveram suas representações. Nominalmente, a renovação foi de 50%. Em relação às eleições passadas, o índice de renovação vem se reduzindo. Em 1990, ela foi de 75% e em 1994 de 62,5%. Entre os eleitos, nenhum deputado conseguiu atingir o quociente eleitoral do Estado, que ficou em 99.743 votos

Ficha eleitoral

Eleitores:	1.256.907
Votos brancos:	98.828
Votos nulos:	100.418
Abstenções:	259.712
Candidatos à reeleição:	6
Reeleitos:	4
Votação total dos eleitos:	395.038
Índice de renovação:	50%
Quociente eleitoral:	99.743

PARÁ

O Estado do Pará possui a maior bancada de deputados federais da região Norte do País. Com 17 representantes, a renovação foi de 47,05%, o mesmo índice da eleição de 1994. Dos atuais deputados, somente Geraldo Pastana (PT), ex-presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Santarém, não disputou um novo mandato federal e concorreu como vice-governador na chapa do senador Ademir Andrade (PSB), que foi derrotado já no primeiro turno.

Tiveram êxito na renovação do mandato os deputados Vic Pires Franco (PFL), campeão de votos no Estado e uma das campanhas mais ricas; Elcione Barbalho (PMDB), ex-mulher do senador Jader Barbalho; Anivaldo Vale (PSDB), reeleito para o seu segundo mandato; José Priante (PMDB), sobrinho do sen. Jader Barbalho; Paulo Rocha (PT), reeleito para o seu 3º mandato na Câmara Federal; Raimundo Santos (PFL), ex-deputado estadual por duas legislaturas consecutivas; Gerson Peres (PPB), ex-vice-governador do Pará na gestão de Alacidi Nunes; Nicias Ribeiro (PSDB), ex-deputado estadual, e Giovanni Queiroz (PDT), ex-prefeito de Conceição do Araguaia.

Foram derrotados nas urnas os deputados Asdrubal Bentes (PMDB), ex-prefeito de Salinópolis, Benedito Guimarães (PPB), empresário, Hilário Coimbra (PSDB), ex-diretor da Associação Comercial do Estado, Mário Martins (PMDB), ex-presidente do Sindicato dos Transportes de Passageiros, Olávio Rocha (PSDB), ex-prefeito de Rondon do Pará, e Socorro Gomes (PC do B), ex-vereadora de Belém que disputava o seu 3º mandato federal. Dentre os novos eleitos, destacamos Waldir Ganzer (PT), sindicalista, representante dos trabalhadores rurais. O deputado Antônio Brasil desistiu da reeleição.

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Anivaldo Vale	PSDB	65.691	Bancário	Reeleito
Deusdeth Pantoja	PFL	39.652	Fiscal	Novo
Elcione Barbalho	PMDB	88.777	Empresária	Reeleita
Gerson Peres	PPB	44.000	Empresário	Reeleito
Giovanni Queiroz	PDT	31.731	Empresário e Médico	Reeleito
João Batista Oliveira	PT	32.415	Engenheiro e professor	Novo
Jorge Costa	PMDB	48.298	Médico	Novo
José Priante	PMDB	60.067	Advogado	Reeleito
Josué Bengtson	PTB	40.259	Pastor	Novo
Nicias Ribeiro	PSDB	42.055	Engenheiro e professor	Reeleito
Nilson Pinto	PSDB	40.600	Professor	Novo
Paulo Rocha	PT	58.435	Gráfico	Reeleito
Raimundo Santos	PFL	49.561	Advogado e Pastor	Reeleito
Renildo Leal	PMDB	38.024	Médico	Novo
Vic Pires Franco	PFL	92.223	Jornalista	Reeleito
Waldir Ganzer	PT	53.073	Trabalhador Rural	Novo
Zenaldo Coutinho	PSDB	49.413	Advogado	Novo

O perfil político-partidário da bancada paraense não sofreu grandes alterações em relação à de 1994. O PMDB perdeu três cadeiras e terá quatro representantes. O PSDB, que não elegeu ninguém no pleito de 94, conquistou quatro vagas. O PC do B não conseguiu reeleger a deputada Socorro Gomes, que ficou na primeira suplência. Em contrapartida, o PT cresceu, elegendo três deputados. O PFL adquiriu três cadeiras, contra uma da eleição passada. O PTB, PPB e PDT, terão um representante cada.

O quociente eleitoral do Pará (101.273) não foi atingido pelos parlamentares eleitos. A mais votada no Estado foi Elcione Barbalho, que obteve 88.777 votos. Os votos brancos, nulos e abstenções totalizaram 1.495.830, o que representa 46,44%.

Ficha Eleitoral

Eleitores:	3.220.778
Votos brancos:	229.960
Votos nulos:	195.216
Abstenções:	1.070.654
Candidatos à reeleição:	16
Reeleitos:	9
Índice de renovação:	47,05%
Votação total dos eleitos: ..	874.274
Quociente eleitoral:	101.273

PARAÍBA

A renovação nestas eleições foi menor do que na passada, quando houve uma mudança de 66,67% da bancada. Com doze representantes na Câmara dos Deputados o Estado da Paraíba teve uma substituição de 50%. O seu perfil político não sofreu grande alteração no que diz respeito à relação com o Governo Federal, ou seja, continuará majoritariamente governista. Dos atuais deputados, apenas Gilvan Freire (PSB) e Ivandro Cunha Lima (PMDB) não concorreram à reeleição, sendo que o primeiro disputou o governo do Estado e foi derrotado e o segundo não se candidatou a nenhum cargo eletivo neste pleito.

Renovaram seus mandatos os deputados Wilson Braga (PSDB), advogado; Efraim Morais (PFL), engenheiro civil; Ricardo Rique (PMDB), suplente que as-

sumiu o mandato em substituição ao deputado Nilton Cerqueira, empossado secretário de Estado; Enivaldo Ribeiro (PPB), advogado e empresário; Aduato Pereira (PFL), empresário e ex-deputado constituinte; e Armando Abílio (PMDB), médico e ex-deputado estadual.

O grande derrotado nestas eleições na Paraíba foi o senador Ronaldo Cunha Lima, tendo em vista que seus principais aliados políticos não renovaram seus mandatos, os deputados José Aldemir, José Luiz Clerot e Roberto Paulino, além de seu irmão, Ivandro Cunha Lima que desistiu. Também não conseguiu a reeleição o deputado Alvaro Gaudêncio Neto (PFL).

Os novos deputados federais eleitos neste pleito são Dr. Damião (PTB), médico; Inaldo Leitão (PMDB), advo-

gado; Dominicano Cabral (PMDB), administrador, Carlos Dunga (PMDB), advogado; Marcondes Gadelha (PFL), médico; e Beto Meireles (PSB), eletrotécnico, representante da coligação de esquerda.

No que diz respeito à composição partidária sua configuração pouco se alterou em relação a bancada atual. O PMDB perdeu uma cadeira elegendo cinco deputados, o PFL manteve sua bancada com três representantes, o PTB que não tinha representante ganhou um cadeira e o PSDB, PSB e PPB mantiveram-se como estavam, um representante de cada.

No Estado, o número de votos nulos, brancos e abstenções superou os votos válidos. Entre os deputados eleitos, nenhum conseguiu atingir o quociente eleitoral que ficou em 98.957 votos.

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Adauto Pereira	PFL	45.377	Empresário	Reeleito
Armando Abílio	PMDB	44.408	Médico	Reeleito
Beto Meireles	PSB	16.758	Eletrotécnico	Novo
Carlos Dunga	PMDB	49.350	Advogado	Novo
Damião	PTB	76.107	Médico	Novo
Domiciano Cabral	PMDB	55.564	Administrador	Novo
Efraim Moraes	PFL	69.308	Engenheiro	Reeleito
Enivaldo Ribeiro	PPB	51.422	Empresário	Reeleito
Inaldo Leitão	PMDB	70.730	Advogado e professor	Novo
Marcondes Gadelha	PFL	48.448	Médico	Novo
Ricardo Rique	PMDB	69.196	Engenheiro e advogado	Reeleito
Wilson Braga	PSDB	80.324	Advogado	Reeleito

Ficha eleitoral

Eleitores:	2.223.259
Votos brancos:	226.779
Votos nulos:	261.436
Abstenções:	547.550
Candidatos à reeleição:	9
Reeleitos:	6
Votação total dos eleitos: .	676.992
Índice de renovação:	50%
Quociente eleitoral:	98.957

PARANÁ

Composta por 30 parlamentares, a bancada federal do Estado do Paraná sofreu uma renovação de 40% contra 68% nas eleições de 1994. Dos 28 parlamentares que tentaram a reeleição, 18 foram aprovados pelas urnas. Em relação aos outros dois deputados, um concorreu ao Senado, o dep. Nedson Micheleti, que perdeu para o sen. Álvaro Dias (PSDB), e o outro, dep. Paulo Cordeiro, não foi candidato.

Os deputados reeleitos são em sua maioria da base de sustentação do governo federal. Entre eles, destacam-se o dep. Abelardo Lupion (PFL), um dos líderes da bancada ruralista, o dep. Flávio Arns (PSDB), advogado e atuante em defesa dos portadores de deficiência, o dep. Luis Carlos Haully (PSDB), especialista em questões tributárias e pertencente ao grupo do ex-governador Alvaro Dias, o dep. José Borba (PTB), apesar de seu envolvimento no escândalo da reforma da Previdência quando forneceu sua senha para o dep. Valdomiro Meger votar, e na oposição, o dep. Padre Roque (PT), atuante na área educacional e agricultura familiar.

A maior surpresa foi a derrota nas urnas do ex-ministro da Previdência Social, dep. Reinhold Stephanes (PFL), que teve uma votação pouco expressiva. Em 1994, o ex-ministro foi o segundo mais votado. Também foram barrados o dep. Antônio Ueno (PFL), empresário rural, o dep. Maurício Requião (PMDB), irmão do senador e candidato derrotado ao governo, Roberto Requião, o evangélico João Jensen (PPB) e, ainda, o deputado petista Paulo Bernardo, especialista em políticas públicas, além do pianista Valdomiro Meger.

Os deputados eleitos representam 33,11% do eleitorado total do Estado, uma média razoável se comparada com os demais estados brasileiros. Enquanto os votos brancos, nulos e abstenções somaram 2.407.345, os votos dos parlamentares que estão representando os paranaenses totalizaram 2.114.425. Apenas um deputado conseguiu atingir o quociente eleitoral de 132.562: o ex-prefeito de Curitiba Rafael Greca (PFL), com 226.654 votos.

No universo dos novos deputados

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Abelardo Lupion	PFL	105.142	Empresário	Reeleito
Affonso Carmago	PFL	79.401	Engenheiro	Reeleito
Airton Roveda	PDT	34.798	Comerciante	Novo
Alex Canziani	PTB	74.875	Servidor público	Novo
Basílio Villani	PSDB	64.433	Administrador	Reeleito
Chico da Princesa	PTB	57.908	Contador	Reeleito
Dilceu Sperafico	PPB	78.541	Empresário	Reeleito
Flávio Arns	PSDB	81.725	Advogado	Reeleito
Gustavo Fruet	PMDB	45.929	Advogado	Novo
Hermes Parcianello	PMDB	49.066	Empresário	Reeleito
Iris Simões	PTB	66.046	Economista	Novo
José Borba	PTB	48.720	Empresário	Reeleito
José Carlos Martinez	PTB	65.047	Empresário	Novo
José Janene	PPB	10.5231	Empresário	Reeleito
Luciano Pizzatto	PFL	72.780	Engenheiro	Reeleito
Luiz Carlos Haully	PSDB	76.169	Economista	Reeleito
Marcio Matos	PT	37.638	Médico	Novo
Max Rosenmann	PSDB	90.512	Empresário	Reeleito
Moacir Micheletto	PMDB	45.010	Engenheiro	Reeleito
Nelson Meurer	PPB	91.443	Empresário	Reeleito
Odílio Balbinotti	PSDB	75.299	Empresário	Reeleito
Osmar Serraglio	PMDB	59.574	Advogado	Novo
Padre Roque	PT	35.489	Professor	Reeleito
Pastor Oliveira	PPB	48.483	Pastor	Novo
Rafael Greca	PFL	226.654	Engenheiro	Novo
Ricardo Barros	PPB	68.919	Empresário	Reeleito
Rosinha	PT	34.773	Médico	Novo
Rubens Bueno	PTB	89.088	Professor	Novo
Santos Filho	PFL	50.724	Advogado	Novo
Werner Wanderer	PFL	55.008	Empresário	Reeleito

eleitos, boa parte já ocupou cargos eletivos e possui experiência tanto no Executivo como no Legislativo. São o ex-prefeito Airton Roveda, o vice-prefeito de Londrina, Alex Canziani, o vereador Márcio Matos, o empresário e ex-deputado federal, José Carlos Matinez, o ex-prefeito de Curitiba, Rafael Greca, o ex-prefeito de Campo Mourão, Rubens Bueno, que inclusive já está sendo lembrado como possível substituto do dep. Paulo Heslander na liderança do PTB, e o ex-deputado federal Santos Filho. Foram eleitos ainda o radialista Iris Simões e mais um membro da bancada evangélica, o pastor Oliveira.

Ficha eleitoral

Eleitores:	6.384.210
Votos brancos:	477.246
Votos nulos:	581.759
Abstenções:	1.348.340
Candidato à reeleição:	28
Reeleitos:	18
Votação total dos eleitos: .	2.114.425
Índice de renovação:	40%
Quociente eleitoral:	132.562

PERNAMBUCO

O Estado de Pernambuco apresentou a mesma taxa de renovação verificada nas eleições de 1994: 44%. Com 25 representantes na Câmara dos Deputados, é a segunda maior bancada da região Nordeste.

Dos atuais 25 deputados, 20 tentaram renovar seus mandatos, 2 desistiram de concorrer a qualquer cargo público, dois concorreram ao Senado e um a vice-governadoria do Estado. Quatorze deputados conseguiram se reeleger. Os assistentes foram Fernando Lyra (PSB) e Sílvio Pessoa (PMDB). Tentaram uma vaga no Senado os deputados Humberto Costa (PT) e José Jorge (PFL). José Jorge foi eleito com 1.460.759 votos. Mendonça Filho (PFL) concorreu ao cargo de vice-governador de Pernambuco na chapa de José Jarbas Vasconcelos (PMDB), eleito em primeiro turno.

Os eleitores pernambucanos mandaram de volta para casa seis dos atuais deputados federais: Nilson Gibson (PSB), Pedro Corrêa (PPB), Roberto Fontes (PFL), Vicente André Gomes (PSB), Wilson Campos (PSDB) e Wolney Queiroz (PDT).

Para a legislatura de 1999-2002, chegam 11 novos deputados: Carlos Eduardo Cadoca (PMDB), Armando Monteiro Neto (PMDB), presidente da Federação das Indústrias de Pernambuco, Joaquim Francisco (PFL), Luciano Bivar (PSL), André de Paula (PFL), Clementino Coelho (PSB), Ricardo Fiuza (PFL), envolvido na CPI do orçamento, o que o levou a renunciar o mandato na legislatura anterior, Djalma Paes (PSB), Carlos Batata (PSB), Pedro Eugênio (PSB) e Marcos de Jesus (PTB), futuro integrante da bancada evangélica.

Entretanto, a maior parte dos novos deputados já é conhecida pelos eleitores de Pernambuco. Carlos Eduardo Cadoca, André de Paula, Djalma Paes, Carlos Batata e Pedro Eugênio são todos deputados estaduais. Joaquim Fran-

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
André de Paula	PFL	66.821	Advogado	Novo
Antônio Geraldo	PFL	53.948	Advogado	Reeleito
Armando Monteiro Neto	PMDB	91.448	Empresário	Novo
Carlos Batata	PSB	41.438	Empresário	Novo
Carlos Eduardo Cadoca	PMDB	121.443	Advogado	Novo
Clementino Coelho	PSB	60.365	Empresário	Novo
Djalma Paes	PSB	41.626	Advogado	Novo
Eduardo Campos	PSB	173.600	Economista	Reeleito
Fernando Ferro	PT	67.924	Engenheiro	Reeleito
Gonzaga Patriota	PSB	35.958	Advogado	Reeleito
Inocência Oliveira	PFL	162.397	Empresário e médico	Reeleito
João Colaço	PSB	36.506	Empresário	Reeleito
Joaquim Francisco	PFL	81.986	Advogado	Novo
José Chaves	PMDB	88.539	Empresário	Reeleito
José Mendonça Bezerra	PFL	72.894	Empresário	Reeleito
José Múcio Monteiro	PFL	72.990	Engenheiro	Reeleito
Luciano Bivar	PSL	77.236	Empresário	Novo
Luiz Piauhyllino	PSDB	40.380	Advogado	Reeleito
Marcos de Jesus	PTB	36.204	Pastor	Novo
Oswaldo Coelho	PFL	73.443	Empresário	Reeleito
Pedro Eugênio	PSB	40.486	Economista	Novo
Ricardo Fiuza	PFL	50.029	Advogado	Novo
Salatiel Carvalho	PPB	69.414	Engenheiro	Reeleito
Sérgio Guerra	PSB	84.056	Empresário	Reeleito
Severino Cavalcanti	PPB	51.527	Empresário	Reeleito

cisco é ex-governador e ex-deputado federal. Ricardo Fiuza também está retornando à Câmara Federal.

Os campeões de voto no Estado foram os veteranos Eduardo Campos (173.600) e Inocência Oliveira (162.397) e o novato Carlos Eduardo Cadoca (121.443). Por sinal, estes foram os únicos da nova bancada que atingiram o quociente eleitoral que foi de 115.608 votos. Ou seja, se elegeriam independentemente da coligação. A nova composição representa 35,01% dos eleitores pernambucanos.

Ficha eleitoral

Eleitores:	5.119.100
Votos brancos:	512.703
Votos nulos:	406.870
Abstenções:	1.309.318
Candidatos à reeleição:	20
Reeleitos:	14
Votação total dos eleitos:	1.792.658
Índice de renovação:	44%
Quociente eleitoral:	115.608

PIAUI

Representada por 10 deputados, a bancada do Piauí teve o índice de renovação de 40%, o mesmo das eleições de 1990 e 1994. Dos atuais deputados, seis tentaram a reeleição e foram aprovados pelas urnas. Os demais concorreram a outros cargos: os deputados Alberto Silva (PMDB), Ari Magalhães (PPB) e Júlio César (PFL) disputaram a vaga para o Senado Federal, que ficou com o primeiro, e o dep. Felipe Mendes (PPB) foi candidato a vice-governador.

Renovaram seus mandatos os deputados B. Sá, médico, o advogado e empresário Ciro Nogueira, o ex-prefeito de Teresina Heráclito Fortes, o empresário

João Henrique, o ex-secretário de Fazenda do Estado e empresário Mussa Demes e o advogado Paes Landim.

Entre os quatro novos deputados eleitos, retorna ao Congresso o ex-deputado federal constituinte Átila Lira. Foram também eleitos o médico Marcelo Castro, campeão de votos no Estado e ex-presidente do Instituto de Previdência e o advogado Themistocles Sampaio que não possuem experiência em cargos eletivos. A maior novidade foi a eleição do petista Wellington Dias, deputado estadual e ex-presidente do Sindicato dos Bancários.

A composição partidária da nova bancada federal do Piauí permanece pra-

ticamente a mesma, tendo em vista que o PFL continuará a ter metade de seus representantes. A única mudança será a presença de um deputado de oposição. É a primeira vez que os eleitores do Piauí elegem um deputado petista. A votação do candidato petista à Presidência da República, Lula, também surpreendeu atingindo o índice de 16,4% do eleitorado do Estado.

Somente o deputado eleito do PMDB, Marcelo Castro, atingiu o quociente eleitoral, definido em 93.713 votos. A abstenção foi expressiva e alcançou o índice de 24,38%, enquanto o número de votos válidos obteve o percentual de 38,12% do eleitorado.

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Átila Lira	PFL	61.397	Economista	Novo
B. Sá	PSDB	42.547	Médico	Reeleito
Ciro Nogueira	PFL	44.407	Empresário e advogado	Reeleito
Heráclito Fortes	PFL	88.602	Servidor público	Reeleito
João Henrique	PMDB	64.904	Empresário	Reeleito
Marcelo Castro	PMDB	116.262	Médico	Novo
Mussa Demes	PFL	77.341	Empresário e advogado	Reeleito
Paes Landim	PFL	61.999	Advogado	Reeleito
Themistocles Sampaio Pereira	PMDB	44.520	Advogado	Novo
Wellington Dias	PT	77.067	Bancário	Novo

Ficha eleitoral

Eleitores:	1.781.150
Votos brancos:	183.668
Votos nulos:	226.104
Abstenções:	434.247
Candidatos à reeleição:	6
Reeleitos:	6
Votação total dos eleitos:	679.046
Índice de renovação:	40%
Quociente eleitoral:	93.713

RIO DE JANEIRO

A terceira maior bancada do Congresso Nacional tomará posse em 1999 com uma renovação de 45,65%, o menor índice desde a eleição de 1990, quando 56,52% dos deputados foram substituídos, e de 1994, que registrou 47,83% de renovação. Dos 46 deputados atuais, apenas cinco desistiram da reeleição: Cidinha Campos, do PDT, que preferiu se candidatar a deputada estadual; Moreira Franco, do PMDB, e Roberto Campos, do PPB, que concorreram a uma vaga para o Senado Federal; e as deputadas Márcia Cibilis Viana, do PDT, e Maria da Conceição Tavares, do PT, que não disputaram qualquer cargo.

Entre os 41 atuais deputados que buscam renovar seus mandatos, 25 lograram êxito, enquanto 16 foram barrados nas urnas os deputados Alcione Athayde, do PPB, Álvaro Valle, do PL, Candinho Matos, do PSDB, Carlos Alberto Campista, do PFL; Itamar Serpa, do PSDB, José Egydio, do PFL, Lindberg Farias, do PSTU, Lima Netto, do PFL, Moreira Franco, do PMDB, Nilton Cerqueira, do PSDB; Noel de Oliveira, do PMDB; Osmar Leitão, do PPB, Ronaldo Santos, do PSB, Sérgio Arouca, do PPS, Fernando Lopes e José Maurício, do PDT.

No universo dos novos, destacamos a eleição dos seguintes deputados: os pastores Valdeci Paiva, do PSDB, e Carlos Rodrigues, do PFL, sendo que o segundo é coordenador político da Igreja Universal; Rodrigo Maia, do PFL, que é filho do ex-prefeito do Rio de Janeiro, César Maia; Heleno Augusto de Lima, do PSDB, juiz de Paz, que teve a terceira maior votação no Estado; José Maurício Garcia, do PSDB, militar e ex-superintendente do Detran; os petistas Jorge Bittar, engenheiro e ex-vereador, e Luis Sérgio, metalúrgico e ex-prefeito de Angra dos Reis; Paulo Baltazar, do PSB, ex-prefeito de Volta Redonda; e Vivaldo Barbosa, do PDT, ex-deputado federal.

Em relação à composição partidária, o PSDB tem agora a maior bancada federal do Rio de Janeiro, subindo de oito para onze deputados. O PFL passa a ter a segunda maior bancada, mantendo a

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Aldir Cabral	PFL	59.072	Delegado da PF	Reeleito
Alexandre Cardoso	PSB	95.364	Médico	Reeleito
Alexandre Santos	PSDB	103.768	Médico	Reeleito
Almerinda De Carvalho	PFL	91.969	Professora	Nova
Aroldo De Oliveira	PFL	72.883	Engenheiro	Reeleito
Ayrton Xerez	PSDB	59.024	Engenheiro	Reeleito
Carlos Rodrigues	PFL	75.611	Pastor	Novo
Carlos Santana	PT	52.571	Ferrovário	Reeleito
Cornélio Ribeiro	PDT	52.257	Comerciário	Novo
Dino Fernandes	PSC	13.635	Advogado	Novo
Eber Silva	PDT	53.828	Professor	Novo
Eduardo Paes	PFL	117.164	Estudante	Novo
Eurico Miranda	PPB	105.969	Empresário	Reeleito
Fernando Gabeira	PV	48.836	Jornalista	Reeleito
Fernando Gonçalves	PTB	79.153	Médico	Reeleito
Francisco Dornelles	PPB	218.170	Advogado	Reeleito
Francisco Silva	PPB	89.954	Empresário	Reeleito
Heleno Augusto de Lima	PSDB	139.219	Juiz de paz	Novo
Iedio Rosa	PMDB	45.282	Advogado	Novo
Jair Bolsonaro	PPB	102.893	Militar	Reeleito
Jandira Feghalli	PC do B	105.307	Médica	Reeleita
João Mendes	PPB	34.652	Empresário	Reeleito
João Sampaio	PDT	80.489	Arquiteto	Novo
Jorge Bittar	PT	113.579	Engenheiro eletrônico	Novo
Jorge Wilson	PMDB	79.495	Advogado	Reeleito
José Carlos Coutinho	PFL	56.923	Empresário	Reeleito
José Maurício Garcia	PSDB	59.171	Militar	Novo
Laura Carneiro	PFL	83.124	Advogada	Reeleita
Luis Eduardo Almeida de Oliveira	PSDB	48.181	Comerciante	Novo
Luiz Ribeiro	PSDB	36.433	Médico	Novo
Luiz Sérgio	PT	27.517	Metalúrgico	Novo
Márcio Fortes	PSDB	43.253	Empresário	Reeleito
Matusael do Nascimento	PSDB	41.223	Músico	Novo
Milton Temer	PT	41.991	Jornalista	Reeleito
Miriam Reid	PDT	43.939	Assistente social	Nova
Miro Teixeira	PDT	263.015	Jornalista	Reeleito
Paulo Baltazar	PSB	99.633	Médico	Novo
Paulo Feijó	PSDB	72.215	Engenheiro	Reeleito
Roberto Jefferson	PTB	61.599	Advogado	Reeleito
Rodrigo Maia	PFL	96.385	Economista	Novo
Ronaldo Cezar Coelho	PSDB	131.607	Empresário	Reeleito
Rubem Medina	PFL	50.990	Empresário	Reeleito
Simão Sessim	PPB	70.629	Professor	Reeleito
Valdeci Paiva	PSDB	87.303	Pastor	Novo
Vivaldo Barbosa	PDT	36.696	Advogado	Novo
Wanderley Martins	PDT	46.431	Delegado	Novo

representação atual: nove deputados. Em terceiro lugar, aparece o PDT com sete deputados, dois a mais do que a bancada eleita em 1994. O PT elegeu quatro deputados, um a mais do que a bancada atual; o PMDB, o PSB e o PTB elegeram dois deputados cada; e com apenas um representante ficaram os seguintes partidos: PC do B, PV e PSC. O PPB foi o partido que mais perdeu espaço, em termos proporcionais, na representação do Rio de Janeiro na Câmara Federal. Atualmente com 11 deputados, a legenda conquistou apenas seis cadeiras para a próxima legislatura.

Como se vê, apesar do crescimento dos partidos de esquerda, como o PT e o PDT, a bancada do Rio de Janeiro continua majoritariamente conservadora, somando pelo menos 28 deputados que deverão se concentrar na base de sustentação do governo no Congresso.

No Estado, os votos nulos, brancos e abstenções atingiram o percentual de 28,64% do eleitorado enquanto os votos válidos chegaram a 35,98%. Entre os deputados eleitos, somente Francisco Dorneles (PPB) e Miro Teixeira (PDT) conseguiram superar o quociente eleitoral que, no Rio de Janeiro, ficou em 154.652 votos.

Ficha eleitoral

Eleitores: 9.971.830
 Votos brancos: 423.225
 Votos nulos: 416.599
 Abstenções: 2.017.061
 Candidatos à reeleição: 41
 Reeleitos: 25
 Votação total dos eleitos: 3.588.402
 Índice de renovação: 45,65%
 Quociente eleitoral: 154.652

RIO GRANDE DO NORTE

Com oito deputado federais, a bancada do Rio Grande do Norte teve uma renovação de 37,5%, bem menor do que a ocorrida nas eleições de 1994. Seis deputados tentaram a reeleição e apenas dois concorreram a outros cargos: o dep. Carlos Alberto (PSDB) candidatou-se ao Senado e perdeu para o sen. Fernando Bezerra e o dep. Cipriano Correia (PSDB) foi suplente de senador.

No universo dos parlamentares que procuraram renovar seus mandatos, somente o deputado Augusto Viveiros (PFL), advogado e professor, foi barreado pelas urnas. Viveiros estava disputando seu segundo mandato como deputado federal. Os demais foram reconduzidos: Henrique Eduardo Alves, o campeão de votos no Estado e a maior votação proporcional do país eleito para o seu 8º mandato federal, o engenheiro Betinho Rosado, o advogado Iberê Ferreira, o médico Laire Rosado e o advogado Ney Lopes.

Henrique Eduardo Alves foi o único deputado que atingiu o quociente eleitoral no Estado, sendo eleito com 163.572 votos. Iberê Ferreira, o segundo mais votado, teve 103.099 votos, número inferior ao quociente eleitoral.

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Ana Catarina Alves	PMDB	52.878	Empresária	Nova
Betinho Rosado	PFL	61.670	Engenheiro e professor	Reeleito
Henrique Eduardo Alves	PMDB	163.572	Empresário e advogado	Reeleito
Iberê Ferreira	PPB	103.099	Advogado	Reeleito
Laire Rosado	PMDB	51.509	Empresário e médico	Reeleito
Lavoisier Maia	PFL	73.933	Médico	Novo
Múcio Sá	PMDB	82.484	Empresário e administrador	Novo
Ney Lopes	PFL	61.659	Advogado	Reeleito

Somados, o número de votos brancos, nulos e abstenções chega a 689.553, o que representa 39,88% do eleitorado total. Ao passo que o número de votos dos deputados eleitos representa 37,64% do eleitorado do Estado.

Entre os novos deputados eleitos, está a irmã do dep. Henrique Eduardo e deputada suplente na atual legislatura, a empresária Ana Catarina Alves, o ex-governador e ex-senador Lavoisier Maia e o administrador Múcio Sá, ex-secretário de Indústria e Comércio.

O grande vencedor nas eleições de 98 no Rio Grande do Norte foi o PMDB que conseguiu eleger quatro

deputados federais e reeleger o senador Fernando Bezerra e o governador Garibaldi Alves Filho.

Ficha eleitoral

Eleitores: 1.728.975
 Votos brancos: 185.306
 Votos nulos: 175.185
 Abstenções: 329.062
 Candidatos à reeleição: 6
 Reeleitos: 5
 Votação total dos eleitos: 650.804
 Índice de renovação: 37,5%
 Quociente eleitoral: 129.927

RIO GRANDE DO SUL

A bancada do Rio Grande do Sul na Câmara Federal teve uma renovação de 45,16% contra 64,51% da eleição de 1994. Dos 31 membros da bancada gaúcha, 28 concorreram à reeleição, e dois disputaram o governo do Estado na condição de vice-governadores. Um deles foi o deputado Matheus Schmidt (PDT), na chapa da senadora Emília Fernandes, e o outro foi o deputado Miguel Rosseto (PT), na chapa de Olívio Dutra, que venceu a disputa com o atual governador Antônio Brito (PMDB). O deputado Adlyson Motta (PPB) não disputou nenhum cargo nestas eleições porque foi escolhido ministro vitalício do Tribunal de Contas da União.

Dos que tentaram a reeleição, 18 re-

novaram seus mandatos: Paulo Paim (PT), eleito para o seu 4º mandato consecutivo, recordista de votos pela segunda vez, o que o consagra como um dos principais interlocutores dos trabalhadores, aposentados e pensionistas; Nelson Proença (PMDB), ex-secretário de governo, Germano Rigotto (PMDB), ligado ao senador Pedro Simon e ex-líder do governo, Telmo Kirst (PPB), empresário e ex-deputado constituinte, Júlio Redecker (PPB), Augusto Nardes (PPB), ex-deputado estadual e coordenador da bancada da micro e pequena empresa, Mendes Ribeiro Filho (PMDB), aliado do governador Antônio Brito e ex-secretário de Estado, Yeda Crusius (PSDB), ex-ministra de Planejamento do governo Itamar Fran-

co, Fetter Júnior (PPB), ex-secretário de Desenvolvimento e Assuntos Internacionais, Darcísio Perondi (PMDB), coordenador da bancada saúde, Osvaldo Biolchi (PTB), aliado da bancada ruralista e ex-presidente da Comissão de Trabalho da Câmara, Nelson Marchezan (PSDB), ex-líder do governo Figueiredo e da Arena, Adão Pretto (PT), fundador do Movimento dos Sem Terra, Enio Bacci (PDT), ex-vereador de Lajeado, RS, Waldomiro Fioravante (PT), integrante da bancada educação, Luiz Mainardi (PT), ex-vereador de Bagé, RS, Valdeci Oliveira (PT), eleito suplente na atual legislatura e efetivado em janeiro de 1997, e Aírton Dipp (PDT), ex-prefeito de Passo Fundo, RS.

Dentre os novos deputados eleitos mui-

tos têm experiência política por já ter exercido mandato parlamentar ou por já ter governado o seu Estado. É o caso do ex-deputado e ex-governador Alceu Collares (PDT) que surpreendeu pela baixa votação que recebeu, entrando como último da lista dos eleitos. Destaque-se também a eleição de Sinval Guazzelli, ex-deputado federal e ex-governador; Beto Albuquerque (PSB), deputado estadual e Pompeo de Matos (PDT), também deputado estadual.

Foram barrados nas urnas figuras expressivas da política gaúcha e nacional, tais como Carlos Cardinal, Esther Grossi, Jarbas Lima e Ezidio Pinheiro.

Entre os deputados eleitos, somente Paulo Paim (PT) e Nelson Proença (PMDB) atingiram individualmente o quociente eleitoral necessário para se eleger no Estado. As abstenções, os votos nulos e brancos totalizaram 29,14% do eleitorado gaúcho, enquanto os votos válidos somaram 33,78%.

Ficha eleitoral

Eleitores:	6.846.077
Votos brancos:	561.884
Votos nulos:	410.462
Abstenções:	1.022.720
Candidato à reeleição:	26
Reeleitos:	18
Votação total dos eleitos:	2.312.770
Índice de renovação:	45,16%
Quociente eleitoral:	156.484

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Adão Pretto	PT	51.519	Trabalhador Rural	Reeleito
Airton Dipp	PDT	43.168	Engenheiro	Reeleito
Alceu Collares	PDT	41.680	Advogado	Novo
Augusto Nardes	PPB	101.921	Administrador	Reeleito
Beto Albuquerque	PSB	80.587	Advogado	Novo
Caio Riel	PTB	47.346	Advogado	Novo
César Schirmer	PMDB	89.157	Professor	Novo
Darcísio Perondi	PMDB	58.991	Médico	Reeleito
Enio Bacci	PDT	49.751	Advogado	Reeleito
Fernando Marroni	PT	47.051	Engenheiro	Novo
Fetter Júnior	PPB	68.444	Engenheiro	Reeleito
Germano Rigotto	PMDB	151.260	Odontólogo	Reeleito
Henrique Fontana	PT	66.821	Médico	Novo
Júlio Redecker	PPB	102.596	Empresário	Novo
Luís Carlos Heinze	PPB	63.606	Empresário	Novo
Luiz Mainardi	PT	43.819	Advogado	Reeleito
Marcos Rolim	PT	54.477	Jornalista	Novo
Mendes Ribeiro	PMDB	78.883	Advogado	Reeleito
Nelson Marchezan	PSDB	52.410	Advogado	Reeleito
Nelson Proença	PMDB	156.930	Empresário	Reeleito
Oswaldo Biolchi	PTB	56.209	Advogado	Reeleito
Paulo Gouvea	PTB	70.983	Pastor	Novo
Paulo Paim	PT	213.894	Metalúrgico	Reeleito
Pompeo de Mattos	PDT	87.494	Advogado	Novo
Roberto Argenta	PFL	57.349	Empresário	Novo
Sinval Guazzelli	PMDB	57.400	Advogado	Novo
Telmo Kirst	PPB	109.371	Empresário	Reeleito
Valdeci Oliveira	PT	43.264	Metalúrgico	Reeleito
Waldir Schmidt	PMDB	45.031	Corretor de imóveis	Novo
Waldomiro Fioravante	PT	44.288	Metalúrgico	Reeleito
Yeda Crusius	PSDB	77.670	Economista	Reeleita

RONDÔNIA

Todos os atuais deputados do Estado tentaram a reeleição. Três, entretanto, foram reprovados pelas urnas: Emerson Olavo Pires (PSDB), Moisés Benesby (PSDB) e Silvernani Santos (PFL). Houve, assim, uma renovação de 37,5% da bancada de Rondônia. Uma renovação modesta se comparada com as duas eleições anteriores, onde o índice foi de 87,5%, a maior da região Norte.

Os eleitores de Rondônia deram mais um mandato para Confúcio Moura (PMDB), empresário e médico, Eurípedes Miranda (PDT), Expedito Júnior (PFL), professor e ex-secretário do Trabalho e Promoção Social do Estado, Marinha Raupp (PSDB), professora e integrante da bancada educação e Oscar Andrade (PFL), empresário, eleito suplente na atual legislatura e efetivado em janeiro de 1997.

Quanto à representação partidária, as novidades são as seguintes: o PSDB e o PFL perderam um representante. O PDT ganhou um e o PTB, que não tinha representante do Estado no Parlamento, também elegeu um. A oposição ao go-

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Agnaldo Muniz	PDT	20.146	Advogado	Novo
Confúcio Moura	PMDB	23.565	Médico	Reeleito
Eurípedes Miranda	PDT	34.913	Advogado	Reeleito
Expedito Júnior	PFL	25.304	Professor	Reeleito
Marinha Raupp	PSDB	28.780	Professora	Reeleita
Nilton Capixaba	PTB	15.220	Comerciante	Novo
Oscar Andrade	PFL	27.910	Empresário	Reeleito
Sérgio Carvalho	PSDB	18.513	Médico	Novo

verno federal, de acordo com a nova representação partidária, tende a ser maior do que a anterior.

Na publicação *Quem foi Quem nas Reformas Constitucionais* do DIAP, apenas o deputado Eurípedes Miranda, o mais votado no Estado, teve nota dez. Os demais obtiveram nota um ou zero. O eleitorado não se mostrou muito satisfeito e o número de abstenções superou o número de votos válidos. Entre os deputados eleitos, nenhum conseguiu individualmente atingir o quociente eleitoral do Estado, 57.471 votos.

Ficha eleitoral

Eleitores:	836.179
Votos brancos:	60.606
Votos nulos:	65.250
Abstenções:	250.550
Candidatos à reeleição:	8
Reeleitos:	5
Votação total dos eleitos:	194.351
Índice de renovação:	37,5%
Quociente eleitoral:	57.471

RORAIMA

O Estado de Roraima renovou sua bancada em apenas 25% contra 62,5% na eleição de 1994, com a reeleição de seis dos atuais deputados. Dos oito representantes roraimenses tentaram se reeleger. Os dois que não tiveram seus mandatos renovados foram os deputados Elton Ronhelt (PFL), ex-secretário de Minas e Energia do Estado, e Moisés Lipnik (PL), que tentava seu segundo mandato federal.

Renovaram seus mandatos os governistas Luciano Castro (PSDB), ex-secretário de Planejamento de Boa Vista, Luis Barbosa (PPB), reeleito para o seu segundo mandato federal, Alceste Almeida (PMDB), ex-secretário de Saúde do Estado, Robério Araújo (PPB), ex-prefeito de Boa Vista, Francisco Rodrigues (PTB), ex-secretário de Agricultura de Roraima, e Salomão Cruz (PSDB), reeleito para o seu 2º mandato federal. Dos atuais deputados, Luciano Castro foi o mais bem votado, com 13.189 votos. Salomão Cruz foi o que teve a menor votação, 5.253 votos.

Os novatos na Câmara Federal, ambos do PPB, são conhecidos do eleitorado do Estado. Airton Cascavel, o deputado mais votado no Estado, é vice-governador. Almir Sá, o terceiro mais votado, é deputado estadual e presidente da Assembléia Legislativa de Roraima.

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Airton Cascavel	PPB	15.234	Engenheiro civil	Novo
Alceste Almeida	PMDB	8.239	Médico	Reeleito
Almir Sá	PPB	10.362	Advogado	Novo
Francisco Rodrigues	PTB	6.192	Engenheiro	Reeleito
Luciano Castro	PSDB	13.189	Economista	Reeleito
Luis Barbosa	PPB	8.912	Empresário	Reeleito
Robério Araújo	PPB	7.058	Médico	Reeleito
Salomão Cruz	PSDB	5.253	Geólogo	Reeleito

Quanto à composição partidária, o PPB elegeu mais dois deputados, passando a ser o partido com maior representação no Estado. O PFL e o PL de Roraima perderam um deputado, cada, e não terão representantes na Câmara dos Deputados.

O novato Airton Cascavel, o mais bem votado no Estado, por pouco não atingiu o quociente eleitoral, que foi de 15.784 votos. O número de votos brancos, nulos e abstenções chegou a 44.348, o equivalente a 25,99% do eleitorado total. Os votos destinados aos parlamentares eleitos somam 74.439. A relação entre representados e representantes (43,62%) chega a ser maior do que a verificada no Distrito Federal.

Ficha eleitoral

Eleitores:	170.620
Votos brancos:	3.354
Votos nulos:	4.097
Abstenções:	36.897
Candidatos à reeleição:	8
Reeleitos:	6
Votação total dos eleitos:	74.439
Índice de renovação:	25%
Quociente eleitoral:	15.784

SANTA CATARINA

A renovação da bancada catarinense, desde o início do anos 90, vem diminuindo sensivelmente. No pleito de 1990, atingiu 75%, em 1994, alcançou 68% e, agora, 56,25% da bancada foi renovada.

Em relação aos 16 deputados federais que compõem a bancada, 11 tentaram a reeleição. Milton Mendes (PT) foi candidato a governador e pediu para o atual sen. Esperidião Amim, Paulo Bauer (PFL) a vice-governador, Paulo Bornhausen (PFL) buscou uma vaga na Assembléia e Valdir Colatto (PMDB) candidatou-se ao Senado e foi derrotado pelo presidente do PFL, Jorge Bornhausen. Entre os que procuraram renovar seus mandatos, sete conseguiram ser reeleitos. São os deputados: Edinho Bez (PMDB), aliado de Orestes Quércia, Edison Andrino (PMDB), ex-vereador e ex-prefeito de Florianópolis, Hugo Biehl (PPB), um dos líderes da bancada ruralista, João Matos (PMDB), deputado estadual por dois mandatos consecutivos, João Pizzolatti (PPB), secretário municipal de Planejamento e Fazenda, Paulo Gouvêa (PFL), ex-secretário de Educação, e Serafim Venzon (PDT), reeleito para o seu segundo mandato federal. Os demais não receberam a aprovação dos

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Antônio Carlos K. Reis	PFL	75497	Advogado e economista	Novo
Carlito Mers	PT	53608	Economista	Novo
Coruja	PDT	46136	Médico	Novo
Edinho Bez	PMDB	46352	Contador e bancário	Reeleito
Edison Andrino	PMDB	50386	Advogado e empresário	Reeleito
Eni Voltolini	PPB	82418	Agrônomo	Novo
Gervásio Silva	PFL	79791	Empresário	Novo
Hugo Biehl	PPB	91815	Administrador	Reeleito
João Matos	PMDB	56226	Professor e administrador	Reeleito
João Pizzolatti	PPB	75144	Engenheiro	Reeleito
Leodegar Tiscoski	PPB	83622	Engenheiro	Novo
Luci Choinacki	P T	48737	Trabalhadora rural	Nova
Paulo Gouvêa	PFL	72804	Advogado	Reeleito
Renato Vianna	PMDB	45043	Advogado	Novo
Serafim Venzon	PDT	47945	Médico	Reeleito
Vicente Caropreso	PSDB	47890	Médico	Novo

eleitores: o economista Dércio Knopp (PDT), o ex-prefeito de Joinville, José Carlos Vieira (PFL), o empresário Neuto de Conto (PMDB) e o bancário Vanio dos Santos (PT).

Os nove deputados que estréiam na Câmara dos Deputados pouco modificam o perfil da bancada. Vários já exerceram cargos públicos e possuem ex-

periência parlamentar como o ex-deputado constituinte Antônio Carlos Konder Reis, a ex-deputada federal Luci Choinacki, o ex-deputado federal e ex-prefeito de Blumenau, Renato Vianna, e o ex-prefeito de São José, Gervásio Silva.

Temos também deputados eleitos que ocupam uma vaga na Assembléia

de Santa Catarina como o petista Carli-
to Mers e os pebevistas Eni Voltolini e
Leodegar Tiscoski. Novos de fato so-
mente os médicos Vicente Caropreso
(PSDB) e Coruja (PDT).

O deputado Hugo Biehl, o mais vo-
tado no Estado, com 91.815 votos, fi-
cou longe de atingir o quociente eleito-
ral: 146.255. Os deputados eleitos para
a Câmara Federal representarão apenas
28,53% do eleitorado total do Estado.
Comparando-se o total de votos bran-
cos, nulos e abstenções, que chegou a

1.176.727 e que representa 33,46% do
eleitorado total, vê-se que os parlamen-
tares eleitos representam uma pequena
parcela dos eleitores.

A vitória em primeiro turno do se-
nador Esperidião Amin para o governo
do Estado revela o crescente desgaste
do PMDB, comprovado inclusive na di-
minuição de sua representação na ban-
cada federal. Nota-se também o cresci-
mento eleitoral do PT no Estado que se
coloca como a principal força de oposi-
ção em nível estadual e federal.

SÃO PAULO

O Estado de São Paulo registrou o
seu menor índice de renovação desde
1990. Sua bancada foi renovada em ape-
nas 44,28%. Dos 70 deputados, 60 dis-
putaram novo mandato para a Câmara
dos Deputados, um concorreu ao go-
verno do Estado, dois a vice-governador,
um ao Senado, um a deputado esta-
dual e apenas cinco desistiram da vida
pública.

Dos 60 que tentaram a reeleição, 39
renovaram seus mandatos por mais qua-
tro anos. Foram eles: Alberto Goldman
(PSDB), especialista em telecomunica-
ções e ex-integrante do PMDB, Aldo
Rebello (PC do B), nota 10 no *Quem
foi Quem nas Reformas Constitucio-
nais* do DIAP, Aloysio Nunes Ferreira
(PSDB), ex-vice-governador na gestão
Fleury, Antônio Carlos Pannunzio
(PSDB), parlamentar ligado ao setor
empresarial, Antônio Kandir (PSDB),
ex-ministro do Planejamento de Fernan-
do Henrique, Arlindo Chinaglia (PT), ex-
presidente da Federação Nacional dos
Médicos, Arnaldo Faria de Sá (PPB),
reeleito para o seu 4º mandato federal,
Arnaldo Madeira (PSDB), relator da re-
forma da Previdência no seu retorno à
Câmara, Ary Kara (PPB), ex-secretário
de Assuntos Fundiários do Estado de
São Paulo, Celso Russomano (PPB),
egresso do PSDB, apresentador de te-
levisão, Corauci Sobrinho (PFL), ex-se-
cretário de Esportes e Turismo do Es-
tado de São Paulo, Cunha Bueno (PPB),
aliado de Paulo Maluf, De Velasco (PRO-
NA), evangélico da Igreja Universal e
único representante do partido na Câ-
mara, Delfim Netto (PPB), ex-ministro
da Fazenda e um dos integrantes da ban-
cada dos economistas na Câmara, Dui-
lio Pisaneschi (PTB), representante do
setor empresarial, Edinho Araújo
(PMDB), especialista em políticas pú-
blicas, Eduardo Jorge (PT), especialis-
ta na área de Seguridade Social, Fer-

nando Zuppo (PDT), reeleito para o seu
2º mandato federal, Franco Montoro
(PSDB), ex-ministro do Trabalho.

Foram reeleitos também Jair Mene-
guelli (PT), líder sindical, João Paulo
Cunha (PT), metalúrgico, Jorge Tadeu
(PPB), relator da Emenda do Gás Can-
alizado, José Aníbal (PSDB), ex-líder
do PSDB e atual presidente da Comis-
são de Constituição e Justiça da Câma-
ra, José Genoíno (PT), reeleito para o
seu 4º mandato, sendo um dos parla-
mentares mais influentes no Congres-
so, José Machado (PT), nota 10 no
*Quem foi Quem nas Reformas Cons-
titucionais* do DIAP, Lamartine Pose-
lla (PPB), evangélico, Maluly Neto
(PFL), integrante das bancadas rura-
lista e comunicação, Marcelo Barbieri
(PMDB), reeleito para o seu 3º man-
dato, Michel Temer (PMDB), atual
presidente da Câmara do Deputados,
Nelson Marquezelli (PTB), uma das
lideranças da bancada ruralista, Paulo
Lima (PFL), reeleito para o seu 3º
mandato, Ricardo Izar (PPB), aliado
de Paulo Maluf, Robson Tuma (PFL),
filho do senador Romeu Tuma, Salva-
dor Zimbaldi (PSDB), ex-prefeito de
Campinas, Telma de Souza (PT), ex-
prefeita de Santos, Vadão Gomes
(PPB), ex-PFL e PRN, Valdemar Cos-
ta Neto (PL), proprietário de minera-
dora, Wagner Salustiano (PT), evan-
gélico, membro da Igreja Universal. Fo-
ram eleitos 31 novos deputados.

O candidato ao Senado, Almino
Afonso (PSB), foi derrotado nas elei-
ções pelo senador Eduardo Suplicy
(PT). Marta Suplicy (PT), candidata ao
governo de São Paulo, também perdeu,
assim como José Pinotti (PSB), candi-
dato a vice-governador na chapa de
Francisco Rossi (PDT). O ex-ministro
da Coordenação Política, Luiz Carlos
Santos (PFL), foi candidato a vice-go-
vernador na chapa de Paulo Maluf

Ficha eleitoral	
Eleitores:	3.516.811
Votos brancos:	297.582
Votos nulos:	306.376
Abstenções:	572.769
Candidatos à reeleição:	11
Reeleitos:	7
Votação total dos eleitos: ..	1.003.414
Índice de renovação:	56,25%
Quociente eleitoral:	146.255

(PPB).

Em termos partidários, a bancada
não apresentou grandes alterações. O PT
aumentou sua representação, passando
de 13 para 14 deputados. O PTB pas-
sou de 4 para 5, o PDT de 1 para 4, o
PL de 1 para 2. Os partidos que decres-
ceram foram o PMDB, que perdeu 2
cadeiras, ficando com 5, o PPB, que
passou de 15 para 11, e o PSD que não
elegeu ninguém em São Paulo. O PSB,
PSDB, PC do B, PFL, PPS e PRONA
mantiveram seus quadros atuais.

Os dois mais votados no Estado fo-
ram o candidatos do PT, José Genoíno,
com 306.988 votos, e Aloizio Mercan-
dante (PT), com 241.988. Este últi-
mo retorna ao Legislativo Federal após
uma legislatura. Nas eleições passa-
das foi candidato a vice-presidente da
República na chapa de Luiz Inácio
Lula da Silva. Apenas os dois depu-
tados petistas atingiram o quociente
eleitoral de 223.017 votos. Isto os
credencia para se destacarem na opo-
sição ao governo federal. A bancada
recém-eleita representa 31,61% dos
eleitores de São Paulo. Mais de tre-
zentos mil votos perfazem a diferença
entre o total de votos brancos, nulos
e ausências (7.709.823) e a votação
total dos eleitos (7.372.818).

Ficha eleitoral	
Eleitores:	23.321.034
Votos brancos:	1.937.367
Votos nulos:	1.922.000
Abstenções:	3.850.456
Candidatos à reeleição:	60
Reeleitos:	39
Votação total dos eleitos: ..	7.372.818
Índice de renovação:	44,28%
Quociente eleitoral:	223.017

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Alberto Goldman	PSDB	70.472	Engenheiro	Reeleito
Alberto Mourão	PMDB	122.734	Empresário	Novo
Aldo Rebelo	PC do B	84.288	Jornalista	Reeleito
Aloizio Mercadante	PT	241.559	Economista	Novo
Aloysio Nunes Ferreira	PSDB	83.685	Advogado	Reeleito
André Benassi	PSDB	72.093	Advogado	Novo
Ângela Guadagnin	PT	85.177	Médica	Nova
Antônio Carlos Pannunzio	PSDB	77.277	Professor	Reeleito
Antônio Kandir	PSDB	111.843	Economista	Reeleito
Antonio Palocci	PT	125.462	Médico	Novo
Arlindo Chinaglia	PT	56.672	Médico	Reeleito
Arnaldo Faria de Sá	PPB	94.087	Advogado	Reeleito
Arnaldo Madeira	PSDB	88.512	Professor	Reeleito
Ary Kara	PPB	94.179	Empresário	Reeleito
Celso Giglio	PTB	190.047	Médico	Novo
Celso Russomano	PPB	185.611	Jornalista	Reeleito
Corauci Sobrinho	PFL	106.488	Professor	Reeleito
Cunha Bueno	PPB	103.432	Empresário	Reeleito
De Velasco	PRONA	94.880	Empresário	Reeleito
Delfim Netto	PPB	177.912	Economista	Reeleito
Duilio Pisaneschi	PTB	100.366	Empresário	Reeleito
Edinho Araújo	PMDB	70.393	Advogado	Reeleito
Eduardo Jorge	PT	60.995	Médico	Reeleito
Emerson Kapaz	PSDB	74.818	Empresário	Novo
Evilásio	PSB	40.162	Médico	Novo
Fernando Zuppo	PDT	44.528	Advogado	Reeleito
Francisco Graziano	PSDB	69.600	Engenheiro Agrônomo	Novo
Franco Montoro	PSDB	99.356	Professor	Reeleito
Gilberto Kassab	PFL	92.866	Empresário	Novo
Hélio dos Santos	PDT	48.157	Médico	Novo
Iara Bernardi	PT	51.218	Professora	Nova
Jair Meneguelli	PT	59.590	Operário	Reeleito
João Hermann	PPS	52.162	Engenheiro	Novo
João Paulo Cunha	PT	61.058	Operário	Reeleito
Jorge Tadeu	PPB	94.478	Empresário	Reeleito
José Aníbal	PSDB	86.320	Economista	Reeleito
José de Abreu	PSDB	64.322	Empresário	Reeleito
José Dirceu	PT	113.659	Advogado	Novo
José Genoíno	PT	306.988	Professor	Reeleito
José Índio	PPB	107.391	Advogado	Novo
José Machado	PT	53.691	Economista	Reeleito
Júlio Semeghini	PSDB	63.969	Engenheiro	Novo
Lamartine Posella	PPB	129.907	Professor	Reeleito
Luiz Antônio Fleury Filho	PTB	68.874	Advogado	Novo
Luiz Antônio Medeiros	PFL	185.283	Metalúrgico	Novo
Luíza Erundina	PSB	187.498	Assistente Social	Nova
Luizinho	PT	90.738	Professor	Novo
Maluly Neto	PFL	118.799	Médico	Reeleito
Marcelo Barbieri	PMDB	70.625	Empresário	Reeleito
Marcos Cintra	PL	132.266	Economista	Novo
Michel Temer	PMDB	206.154	Advogado	Reeleito
Milton Monti	PMDB	97.080	Economista	Novo
Moreira Ferreira	PFL	91.194	Empresário	Novo
Nelo Rodolfo	PPB	116.736	Empresário	Novo
Nelson Marquezelli	PTB	86.643	Empresário	Reeleito
Neuton Lima	PDT	37.604	Advogado	Novo
Paulo Kobayashi	PSDB	92.937	Professor	Novo
Paulo Lima	PFL	158.186	Engenheiro	Reeleito
Ricardo Bezoini	PT	63.313	Bancário	Novo
Ricardo Izar	PPB	113.399	Empresário	Reeleito
Roberto Batochio	PDT	38.048	Advogado	Novo
Robson Tuma	PFL	87.279	Empresário	Reeleito
Rubens Furlam	PFL	220.596	Empresário	Novo
Salvador Zimbaldi	PSDB	182.760	Empresário	Reeleito
Sampaio Doria	PSDB	68.558	Advogado	Novo
Telma de Souza	PT	135.172	Pedagoga	Reeleita
Vadão Gomes	PPB	124.062	Empresário	Reeleito
Valdemar Costa Neto	PL	108.827	Administrador	Reeleito
Wagner Salustiano	PPB	159.125	Advogado	Reeleito
Wanderval de Jesus	PTB	115.668	Comerciante	Novo

SERGIPE

Com uma bancada de oito deputados, sete concorreram à reeleição e um desistiu de disputar este pleito. A renovação foi de 62,5%, o mesmo índice verificado em 1990 e 1994. Os que conseguiram renovar seus mandatos foram os deputados Marcelo Déda (PT), líder do partido, Pedro Valadares (PSB), que compõem a bancada de oposição ao governo FHC; e José Teles (PPB), do bloco de sustentação do governo.

Os novos deputados eleitos são Ivan Paixão (PPS), médico; Sérgio Reis (PMN), filho do ex-deputado federal Jerônimo Reis; Jorge Alberto (PMDB), médico; Augusto Franco Neto (PSDB), empresário e sobrinho de ex-senador Albano Franco e Adelson Barreto (PFL), radialista.

Foram derrotados nas urnas os deputados Adelson Ribeiro (PFL), Carlos Magno (PFL), Cleonânio Fonseca (PMDB) e Messias Gois (PFL).

A composição partidária mudou substantivamente em relação as eleições de 1994, quando foi eleita uma bancada marcadamente conservadora. Nenhum partido detém a hegemonia da bancada, que ficaram assim distri-

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Adelson Barreto	PFL	26.247	Radialista	Novo
Augusto Franco Neto	PSDB	31.434	Empresário	Novo
Ivan Paixão	PPS	50.946	Médico	Novo
Jorge Alberto	PMDB	39.655	Médico	Novo
José Teles	PPB	40.047	Empresário	Reeleito
Marcelo Déda	PT	82.464	Advogado	Reeleito
Pedro Valadares	PSB	50.267	Advogado	Reeleito
Sérgio Reis	PMN	47.072	Estudante	Novo

buídas: um representante para o PT, um para o PPS, um para o PSB, um para o PMN, um para o PPB, um do PMDB, um para o PSDB e um para o PFL. Com isto, a bancada está dividida, ideologicamente, entre quatro deputados de tendência oposicionista e quatro de tendência governista.

Os votos nulos, brancos e abstenções totalizaram 42,75% dos eleitores sergipanos, enquanto os votos válidos atingiram somente 34,05%. Entre os deputados eleitos, nenhum conseguiu obter individualmente o número de votos suficientes definidos pelo quociente eleitoral: 135.142 votos.

Ficha eleitoral

Eleitores:	1.081.138
Votos brancos:	122.245
Votos nulos:	105.068
Abstenções:	234.914
Votação total dos eleitos:	368.132
Candidatos à reeleição:	7
Reeleitos:	3
Índice de renovação:	62,5%
Quociente eleitoral:	135.142

TOCANTINS

Representada por oito deputados federais, a bancada de Tocantins foi renovada em apenas 25% contra 50% na eleição de 1994. Todos os parlamentares eleitos para a legislatura de 1995-1999 tentaram renovar seus mandatos e apenas dois não obtiveram êxito e foram barrados nas urnas: Dolores Nunes (PFL) e Udson Bandeira (PMDB). Tomaram seus assentos na Câmara Federal Igor Avelino, filho do ex-governador Moisés Avelino, e o pastor Amarildo, estreante no Congresso e eleito com 23.759 votos, o pior desempenho dentre os eleitos. O mais votado no Estado foi o deputado João Ribeiro, que teve 28.088 votos.

Tiveram seus mandatos renovados: Antônio Jorge (PFL), administrador de empresas, Darci Coelho (PFL), ex-vice-governador de Tocantins, Freire Júnior (PFL), integrante da bancada ruralista, João Ribeiro (PFL), representante das bancadas ruralista e educação, Osvaldo Reis (PPB), empresário rural, Paulo Mourão (PSDB), 4º mandato federal.

NOME	PARTIDO	VOTAÇÃO	PROFISSÃO	SITUAÇÃO
Amarildo	PPB	23.759	Pastor	Novo
Antônio Jorge	PFL	24.127	Administrador	Reeleito
Darci Coelho	PFL	30.241	Advogado	Reeleito
Freire Júnior	PMDB	28.466	Empresário	Reeleito
Igor Avelino	PMDB	28.866	Empresário	Novo
João Ribeiro	PFL	48.088	Empresário	Reeleito
Osvaldo Reis	PPB	31.010	Empresário	Reeleito
Paulo Mourão	PSDB	25.670	Empresário	Reeleito

Como a renovação foi muito baixa, não houve alterações significativas em termos de representação partidária. Apenas o PFL perdeu um representante e o PPB ganhou mais um. Assim, a nova composição é a seguinte: PFL, 3; PSDB, 1; PMDB, 2; PPB, 2.

Os votos nulos, brancos e abstenções totalizaram 33,77% dos eleitores tocantinenses, enquanto os votos válidos atingiram 38,87%. Entre os deputados eleitos, nenhum conseguiu obter individualmente os votos suficientes exigidos pelo quociente eleitoral: 51.646 votos.

Ficha eleitoral

Eleitores:	624.344
Votos brancos:	46.891
Votos nulos:	39.035
Abstenções:	124.956
Candidatos à reeleição:	8
Reeleitos:	6
Votação total dos eleitos: ..	240.227
Índice de renovação:	25%
Quociente eleitoral:	51.646

Senado renova um terço de seus membros

O Senado Federal, composto de 81 senadores, três por unidade da federação, cujo mandato é de oito anos, renova seus quadros, de quatro em quatro anos, sendo um terço numa eleição e dois terços na seguinte. Na eleição de 4 de outubro, a renovação foi de um terço. Assim, dos 81 senadores, apenas 27 estavam encerrando seus mandatos. Destes, apenas cinco renovaram seus mandatos de senador e um foi eleito deputado federal, ficando 21 fora do Congresso na próxima legislatura. Dos 27 senadores em final de mandato, dez tentaram a reeleição, oito desistiram da vida pública, quatro disputaram mandato de deputado federal, três concorreram a governador, um disputou o cargo de vice-governador e um disputou a suplência de senador.

Dos que tentaram a reeleição apenas cinco foram reconduzidos. Buscaram renovar seus mandatos os senadores: Flaviano Melo (PMDB/AC), Guilherme Palmeira (PFL/AL), Élcio Álvares (PFL/ES), Júnia Marise (PDT/MG), Odacir Soares (PTB/RO), José Sarney (PMDB/AP), Ney Suassuna (PMDB/PB), Fernando Bezerra (PMDB/RN), Pedro Simon (PMDB/RS) e Eduardo Suplicy (PT/SP), mas só os últimos cinco conseguiram renovar seus mandatos. Dos candidatos à Câmara Federal, Levy Dias (PPB/MS), João França (PPB/RR), Abdias Nascimento (PDT/RJ) e Joel de Hollanda (PFL/PE), apenas este último conseguiu se eleger. Dos três candidatos a governador, Eptácio Cafeteira (PPB/MA), Júlio Campos (PFL/MT) e Espiridão Amim (PPB/SC), apenas este último foi eleito. O senador Beni Veras (PSDB/CE) foi eleito vice-governador na chapa de Tasso Jereissati e Gilberto Miranda (PFL/AM) ficou como segundo suplente do senador eleito Gilberto Mestrinho. Desistiram da vida pública os senadores: Leonel Paiva (PFL/DF), José Saad (PMDB/GO), Juvêncio Dias (PMDB/PA), Lucídio Portella (PPB/PI), José Eduardo de Andrade Vieira (PTB/PR), José Alves Nascimento (PFL/SE) e João Rocha (PFL/TO) e Josaphat Marinho (PFL/BA), estes dois últimos preteridos pelos caciques Siqueira Campos, que lançou seu filho

ao Senado e Antônio Carlos Magalhães, que indicou o ex-governador Paulo Souto para a vaga.

Além dos senadores em final de mandato, 19 senadores com mandato até 2003 resolveram disputar ou governar de seus Estados – casos de Gilvam Borges (PMDB/AP), José Ignácio Ferreira (PMDB/ES), Iris Rezende (PMDB/GO), Ademir Andrade (PSB/PA), Jader Barbalho (PMDB/PA), Carlos Wilson (PSDB/PE), Hugo Napoleão (PFL/PI), Roberto Requião (PMDB/PR), José Agripino (PFL/RN), Ernandes Amorim (PPB/RO), José Bianco (PFL/RO), Marluce Pinto (PMDB/RR), Emília Fernandes (PDT/RS) e Antônio Carlos Valadares – ou o cargo de vice-governador – caso de José Eduardo Dutra (PT/SE) e Benedita da Silva (PT/RJ) ou, ainda, a renovação do mandato de senador, mesmo ainda tendo quatro anos a cumprir, caso do senador Carlos Bezerra (PMDB/MT). Destes, apenas José Ignácio Ferreira (ES) e José Bianco (RO) se elegeram governador e a senadora Benedita da Silva (RJ), elegeu-se vice-governadora. Os demais foram barrados nas urnas e continuam seus mandatos no Senado.

Como se vê, a eleição para o Senado não foi das mais fáceis. O número de desistências, quase igual ao de candidatos à reeleição, dá a exata dimensão do quanto seria e foi difícil a campanha para o Senado. A disputa para o Senado, invariavelmente, se dava entre o candidato oficial do governador e o candidato do poder econômico, ou, quando o candidato ao Senado era o preferido tanto do poder econômico como do candidato à reeleição, a oposição entrava na disputa, fato que ocorreu com muita nitidez em Maranhão, Pará, DF, Minas Gerais e Amazonas.

Perfil do Novo Senado

O Senado Federal, apesar de ter sido renovado em apenas um terço, ganhou em qualidade, dinâmica e prestígio, com a substituição de muitos senadores fisiológicos e sem qualquer expressão, por ex-governadores, como Jorge Bornhausen (PFL/SC), Álvaro Dias (PSDB/PR), Gilberto Mestrinho (PMDB/AM) Maguito Vilela (PMDB/

GO), Paulo Souto (PFL/BA), por ex-senadores, como Saturnino Braga (PSB/RJ) e Amir Lando (PMDB/RO), e, ainda, por nomes novos, como dos empresários Luiz Estevão (PMDB/DF) e José Alencar (PMDB/MG), do economista Paulo Hartung (PSDB/ES), ex-prefeito de Vitória, e da ex-deputada estadual e ex-vice-prefeita de Maceió, Heloisa Helena (PT), além de Tião Gomes (PT), irmão do novo governador do Acre, Jorge Viana. As perdas, com exceção de Josaphat Marinho (PFL/BA), Élcio Álvares (PFL/ES), Júnia Marise (PDT/MG), Espiridão Amim (PPB/SC) e Eptácio Cafeteira (PPB), não farão falta ao Congresso.

No perfil sócio-econômico do novo Senado, considerando os novos e todos os remanescentes da eleição de 1994, predominam as profissões liberais somadas, embora os detentores dos meios de produção, definidos genericamente como empresários, constituem a maioria, isoladamente. A distribuição por profissão é a seguinte: 23 empresários, 16 advogados, nove economistas, sete médicos e igual número de engenheiros, além de seis professores. No Senado, como na Câmara, a maioria tem nível superior. Entretanto, na classificação do DIAP, que priorizou o critério da principal fonte de renda, para efeito de definição profissional, em lugar do título acadêmico, vários senadores com formação em Direito, por exemplo, foram incluídos na categoria de empresários.

Comparando-se com a composição atual, que tem 22 empresários, até parece que reduziu a representação desse segmento no Senado, fenômeno que também se repetiu na Câmara. A realidade numérica, entretanto, não reflete o peso nem a qualidade política dos novos e reeleitos. Além da reeleição de Fernando Bezerra (PMDB/RN), presidente da Confederação Nacional da Indústria, do empresário Ney Suassuna (PMDB/PB) chegam novos pesos pesados do setor empresarial, como Luiz Estevão (PMDB/DF) e José Alencar (PMDB/MG), nomes engajados na defesa dos interesses do segmento empresarial e sindical patronal.

Quanto ao aspecto ideológico, a nova composição é menos fisiológica

e clientelista, e, portanto, mais ideológica na defesa de suas agendas política e econômica. Neste particular, os senadores irão privilegiar o debate de idéias em lugar da troca de favores. No campo econômico, a julgar por este perfil, FHC ganha força, embora se ampliem as resistências na área tributária, em especial dos empresários, todos engajados, como já mencionado anteriormente.

Politicamente, houve um leve crescimento da esquerda, uma redução da direita e um crescimento médio do centro. Na esquerda, chegam ao Senado dois novos senadores do PT e um do PSB, todos dispostos e preparados para combater as teses das forças de sustentação do governo, cuja agenda tem priorizado a desregulamentação e supressão de direitos e a privatização de empresas. No centro, o crescimento é quantitativo e qualitativo, especialmente com a eleição de Paulo Hartung, Amir Lando e Antero de Barros. Na direita,

apesar de manter alguns poucos nomes, nenhum terá liderança suficiente para influir fortemente no debate político. A não ser que se considere que a política dos partidos da base de sustentação do governo, liderada por ACM no Senado, seja classificada como de direita.

Partidariamente, os grandes partidos estarão representados pelo PMDB, que possui 27 nomes ou um terço do Senado, seguido do PFL, com 20 e do PSDB, com 16. De médio porte, ficou apenas o PT, com sete. O PPB despençou de sete para apenas 4 senadores. Pela tradição, cabe ao maior partido a Presidência da Casa, que seria do PMDB. Entretanto, em face de acordo anterior, tudo leva a crer que o PFL ficará com a Presidência do Senado, para reeleger ACM, e cede a Presidência da Câmara, onde é maioria, para o PMDB, terceiro partido daquela Casa do Congresso. Se prevalecer este acordo, o principal pre-

judicado será o PSDB, porque é o terceiro partido no Senado, mas o segundo na Câmara.

Regionalmente, o Senado virou a República dos ex-governadores. Quase metade dos senadores já governou seus Estados. Só no Piauí são três, no Maranhão, três, contando com Sarney, na Bahia, dois, em Goiás, dois, Paraná, dois, Rio Grande do Norte, dois, Santa Catarina, dois, Amazonas, um, Espírito Santo, um, Mato Grosso do Sul, um, Paraíba, um, Pernambuco, um, Rio Grande do Sul, um e Sergipe um.

Como se vê, o Congresso de um modo geral e o Senado em particular ganhou qualitativamente com a renovação. Assim, tanto a nova composição da Câmara como a do Senado têm a oportunidade histórica de resgatar o respeito e a credibilidade do Poder Legislativo, deixando de ser mero homologador das propostas e iniciativas governamentais.

Composição do Senado Federal

Partido	Senado				Previsão do DIAP para renovação de 1/3	
	Composição			Total	Mínimo	Máximo
	2/3 com mandato até 2002	1/3 com mandato vencendo	Eleitos em 1998			
PFL	15	9	5	20	4	6
PMDB	15	7	12	27	8	14
PSDB	12	1	4	16	3	6
PPB	2	5	2	4	1	3
PT	4	1	3	7	3	5
PDT	2	2	0	2	0	1
PTB	1	2	0	1	1	2
PSB	2	0	1	3	0	1
PPS	1	0	0	1	0	0
Total	54	27	27	81		

Profissão dos senadores

PROFISSÃO/PARTIDO	PMDB	PFL	PSDB	PT	PPB	PDT	PPS	PTB	PSB	TOTAL
EMPRESARIO	13	3	5	-	1	-	-	1	-	23
ADVOGADO	8	4	2	-	-	-	1	-	1	16
GEÓLOGO	-	1	-	1	-	-	-	-	-	2
PROFESSOR	-	2	1	2	-	1	-	-	-	6
ECONOMISTA	2	2	3	2	-	-	-	-	-	9
ENGENHEIRO	2	1	2	-	-	-	-	-	2	7
MÉDICO	-	3	1	1	1	1	-	-	-	7
BANCÁRIO	-	1	-	-	1	-	-	-	-	2
DELEGADO DE POLÍCIA	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
SOCIÓLOGO	1	-	-	-	-	-	-	-	-	1
VETERINÁRIO	-	1	-	-	-	-	-	-	-	1
RADIALISTA	-	-	1	-	-	-	-	-	-	1
JORNALISTA	-	1	1	-	-	-	-	-	-	2
METROVIÁRIO	-	-	-	1	-	-	-	-	-	1
SEM DADOS	1	-	-	-	1	-	-	-	-	2

Nova composição do Senado Federal

Estado / Nome	Partido	Mandato	Profissão	Situação
ACRE				
Sebastião Viana	PT	1999/2007	Médico	Novo
Marina Silva	PT	1995/2003	Professora	Atual
Nabor Júnior	PMDB	1995/2003	Empresário	Atual
ALAGOAS				
Heloísa Helena	PT	1999/2007	Professora	Nova
Renan Calheiros ¹	PMDB	1995/2003	Advogado	Atual
Teotônio Vilela Filho	PSDB	1995/2003	Empresário	Atual
AMAPÁ				
José Sarney	PMDB	1999/2007	Empresário	Reeleito
Gilvam Borges	PMDB	1995/2003	Sociólogo	Atual
Sebastião Rocha	PDT	1995/2003	Médico	Atual
AMAZONAS				
Gilberto Mestrinho	PMDB	1999/2007	Industrial	Novo
Bernardo Cabral	PFL	1995/2003	Advogado	Atual
Jefferson Peres	PSDB	1995/2003	Advogado/Professor	Atual
BAHIA				
Paulo Souto	PFL	1999/2007	Geólogo	Novo
Antônio Carlos Magalhães	PFL	1995/2003	Médico	Atual
Waldeck Ornellas ²	PFL	1995/2003	Advogado	Atual
CEARÁ				
Luiz Pontes	PSDB	1999/2007	Empresário	Novo
Lúcio Alcântara	PSDB	1995/2003	Médico	Atual
Sérgio Machado	PSDB	1995/2003	Empresário	Atual
DISTRITO FEDERAL				
Luiz Estevão	PMDB	1999/2007	Empresário	Novo
José Roberto Arruda	PSDB	1995/2003	Engenheiro	Atual
Lauro Campos	PT	1995/2003	Economista	Atual
ESPIRITO SANTO				
Paulo Hartung	PSDB	1999/2007	Economista	Novo
Gerson Camata	PMDB	1995/2003	Economista	Atual
Ricardo Santos*	PSDB	1995/2003	Economista	Atual
GOIÁS				
Maguito Vilela	PMDB	1999/2007	Advogado	Novo
Mauro Miranda	PMDB	1995/2003	Engenheiro	Atual
Iris Rezende	PMDB	1995/2003	Empresário	Atual
MARANHÃO				
João Alberto	PMDB	1999/2007	Economista	Novo
Bello Parga	PFL	1995/2003	Bancário	Atual
Edison Lobão	PFL	1995/2003	Jornalista	Atual
MATO GROSSO				
Antero de Barros	PSDB	1999/2007	Radialista	Novo
Carlos Bezerra	PMDB	1995/2003	Empresário	Atual
Jonas Pinheiro	PFL	1995/2003	Veterinário	Atual
MATO GROSSO DO SUL				
Juvêncio Fonseca	PMDB	1999/2007	S/dados	Novo
Lúdio Coelho	PSDB	1995/2003	Empresário	Atual
Ramez Tebet	PMDB	1995/2003	Advogado/Empres.	Atual
MINAS GERAIS				
José Alencar	PMDB	1999/2007	Empresário	Novo
Francelino Pereira	PFL	1995/2003	Empresário	Atual
Arlindo Porto	PTB	1995/2003	Empresário	Atual

PARÁ				
Luiz Otávio	PPB	1999/2007	S/ dados	Novo
Ademir Andrade	PSB	1995/2003	Engenheiro	Atual
Jader Barbalho	PMDB	1995/2003	Empresário	Atual
PARAÍBA				
Ney Suassuna	PMDB	1999/2007	Empresário	Reeleito
Wellington Roberto	PMDB	1995/2003	Empresário	Atual
Ronaldo Cunha Lima	PMDB	1995/2003	Advogado	Atual
PARANÁ				
Álvaro Dias	PSDB	1999/2007	Professor	Novo
Osmar Dias	PSDB	1995/2003	Engenheiro	Atual
Roberto Requião	PMDB	1995/2003	Advogado	Atual
PERNAMBUCO				
José Jorge	PFL	1999/2007	Professor	Novo
Carlos Wilson	PSDB	1995/2003	Advogado	Atual
Roberto Freire	PPS	1995/2003	Advogado	Atual
PIAUI				
Alberto Silva	PMDB	1999/2007	Engenheiro	Novo
Freitas Neto ³	PFL	1995/2003	Economista	Atual
Hugo Napoleão	PFL	1995/2003	Advogado	Atual
RIO DE JANEIRO				
Saturnino Braga	PSB	1999/2007	Engenheiro	Novo
Artur da Távola	PSDB	1995/2003	Jornalista	Atual
Geraldo C. Silva**	PT	1995/2003	Metroviário	Atual
RIO GRANDE DO NORTE				
Fernando Bezerra	PMDB	1999/2007	Empresário	Reeleito
Geraldo Melo	PSDB	1995/2003	Empresário	Atual
José Agripino	PFL	1995/2003	Engenheiro	Atual
RIO GRANDE DO SUL				
Pedro Simon	PMDB	1999/2007	Advogado	Reeleito
Emília Fernandes	PDT	1995/2003	Professora	Atual
José Fogaça	PMDB	1995/2003	Advogado	Atual
RONDÔNIA				
Amir Lando	PMDB	1999/2007	Advogado	Novo
Ernandes Amorim	PPB	1995/2003	Empresário	Atual
Rubens M. Mendes***	PFL	1995/2003	Empresário	Atual
RORAIMA				
Mozarildo Cavalcanti	PPB	1999/2007	Médico	Novo
Marluce Pinto	PMDB	1995/2003	Empresária	Atual
Romero Jucá	PFL	1995/2003	Economista	Atual
SANTA CATARINA				
Jorge Bornhauses	PFL	1999/2007	Advogado	Novo
Casildo Maldaner	PMDB	1995/2003	Empresário	Atual
Geraldo Althoff****	PFL	1995/2003	Médico	Atual
SÃO PAULO				
Eduardo Suplicy	PT	1999/2007	Economista	Reeleito
José Serra ⁴	PSDB	1995/2003	Economista	Atual
Romeu Tuma	PFL	1995/2003	Delegado de Polícia	Atual
SERGIPE				
Maria do Carmo	PFL	1999/2007	Empresária	Nova
Antônio Carlos Valadares	PSB	1995/2003	Advogado	Atual
José Eduardo Dutra	PT	1995/2003	Geólogo	Atual
TOCANTINS				
Eduardo Siqueira Campos	PFL	1999/2007	Professor	Novo
Carlos Patrocínio	PFL	1995/2003	Médico	Atual
Leomar Quintanilha	PPB	1995/2003	Bancário	Atual

¹ - atual ministro da Justiça, seu suplente é Djalma Falcão; ² - atual ministro da Previdência, seu suplente é Djalma Bessa

³ - atual ministro das Reformas Institucionais, seu suplente é Elói Portella; ⁴ - atual ministro da Saúde, seu suplente é Pedro Piva

* - substituirá José Ignácio, eleito governador; ** - substituirá Benedita da Silva, eleita vice-governadora;

*** - substituirá José Bianco, eleitor governador; **** - substitui o Wilson Kleinubing, falecido.